



1290003857

TCC/UNICAMP
P343e
1290003857/FE

Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Educação

PATRÍCIA DEL CORSO PEDROSO

527706008

**Estado da Arte sobre Projeto Político-Pedagógico na
Faculdade de Educação da Unicamp, 1995-2008.**

Campinas
2008

Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Educação

PATRÍCIA DEL CORSO PEDROSO

**Estado da arte sobre Projeto Político-Pedagógico na
Faculdade de Educação da Unicamp, 1995-2008.**

Monografia apresentada à Faculdade de
Educação da Unicamp, para obtenção da
Licenciatura Plena em Pedagogia, sob
orientação do Prof. Dr. Luis Enrique Aguilar.

Campinas
2008

UNICAMP - FE - BIBLIOTECA

UNIDADE.....	FE
Nº CHAMADA:	TCC/UNICAMP
	P343e
V:.....	EX:.....
TOMBO:.....	3857
PROC:.....	148109
C:.....	B: X
PREÇO:.....	11,00
DATA:.....	02/04/09
Nº CPD:.....	

Cod tit 436896

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

P343e

Pedroso, Patricia Del Corso
Estado da Arte sobre Projeto Político - Pedagógico na Faculdade de
Educação da UNICAMP, 1995-2008 / Patricia Del Corso Pedroso. — Campinas,
SP : [s.n.], 2008.

Orientador : Luís Enrique Aguilar.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Estadual de
Campinas, Faculdade de Educação.

1.Estado da arte. 2.Projeto político pedagógico. I. Aguilar, Luís Enrique. II.
Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

08-510-BFE

Dedico este trabalho a minha mãe,
pela paciência e sabedoria que me
guiam e acima de tudo pelo amor.

Agradecimentos

DEUS

Presente em todos os momentos proporcionando o espetáculo da vida de formas tão diversas e tão maravilhosas.

Pessoas Especiais

Aquelas que seria impossível citar. Aquelas que passaram, que passam e que passarão por minha vida por períodos longos ou breves instantes. Aquelas que fazem parte da minha vida, e da constituição dos diversos sujeitos dentro de mim.

Prof. Dr. Luis Enrique Aguilar e

Prof. Dr. Pedro Ganzeli

Planejar é constituir projeto.

Planejar a pesquisa antes da escrita. Significados.

A palavra certa, na hora certa.

Professores da Faculdade de Educação

Repensar a constituição de educadora.

Prof Dr Luis Antonio Violin Pereira Dias.

Apoio, lições: disciplina e persistência.

Família

Núcleo de amizade

Apoio incondicional

Amig@s

Por fazerem da vida um caminho
surpreendentemente alegre.

Guilherme

Companheirismo, carinho e estímulo.

Sempre.

Obrigada.

*Aprendi que a luz alumia a vida.
Luz que pode vir de diversas fontes,
algumas nem sequer sonhávamos possíveis.*
Patrícia Pedroso

*Nada pode se tornar mais esterilizante que o encontro de uma síntese,
se ela não for,
como na vida,
a consequência de uma análise que se retoma a partir dela.*
Vinicius de Moraes

*Assim como brilham as estrelas nas noites escuras e frias de junho,
também podem brilhar estrelas nas pedras duras e escuras.*
Leonore Bertalot

Sumário

Resumo	01
Lista de Abreviaturas e Siglas	02
Lista de Tabelas	02
Introdução	03
1. As Sementes da Pesquisa	03
2. Delimitação do Corpus de Análise no Tempo e no Espaço	04
3. O Caminho da Problematização	06
4. Linhas Gerais da Pesquisa	06
5. Sobre Objetivos, Justificativas e as Partes deste Trabalho	07
Capítulo I – O Estado do Conhecimento ou Estado da Arte	10
1. Como é que se Diz: Estado da Arte ou Estado do Conhecimento?	10
2. Afinal, o que é Estado da Arte?	12
3. O que é Listar, Mapear, Inventariar, Sistematizar, Avaliar?	13
4. Quem Utiliza este Método? Porque? Para quê?	14
5. Como se faz Estado da Arte?	15
Capítulo II – O Verso e o Reverso dos Resumos	17
1. Leitura dos Resumos e Matrizes de Análise	17
2. Conjunto dos Resumos da Produção Científica da Faculdade de Educação da Unicamp Com PPP no Título (1995 – 2008)	19
3. Sistematização dos Dados Coletados a partir dos Resumos	19

Capítulo III – Os conceitos extraídos dos Trabalhos Científicos	29
1. O que é “Projeto”?	31
2. O que é “Político”?	33
3. O que é “Pedagógico”?	36
4. Juntando tudo: “Projeto Político – Pedagógico”, o que dá?	39
5. Finalidades do PPP	42
6. Limites para Implementação do PPP	45
Considerações Finais	49
Referências Bibliográficas	52
Anexo I - Conjunto dos Resumos da Produção Científica da Faculdade de Educação da Unicamp Com PPP no Título (1995 – 2008)	56

RESUMO

Este trabalho monográfico surge com a preocupação de conhecer, sistematizar e analisar a produção acadêmica sobre este assunto que foi ganhando complexidade e profundidade, na medida em que foi preenchendo espaços na produção acadêmica na Universidade. Apresentamos uma aproximação ao objeto de pesquisa, desenhando um percurso que se inicia nas sementes da investigação, sua delimitação e problematização indispensáveis para gerar objetivos e traçar um Plano de pesquisa. Apresentamos metodologicamente os denominados Estudos de Estado da Arte ou Estado do Conhecimento na tentativa de nos munir de um repertório de procedimentos que permitissem trabalhar, compreender e dominar a técnica no tratamento da documentação compilada. Os trabalhos de sistematização da produção científica da Faculdade de Educação com o assunto Projeto Político Pedagógico, no período de 1995 a 2008, demandaram um esforço de busca, classificação, organização e análise, utilizando para isso Resumos de publicações. Num movimento de análise e síntese, trabalhamos com os dados sistematizados nas categorias do Projeto, do Político e do Pedagógico e tecemos reflexões sobre o seu significado nos autores, suas finalidades e também especulamos sobre seus limites de implementação e desafios de eficácia no cotidiano das escolas.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PPP	Projeto político-pedagógico
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
FE	Faculdade de Educação
TCC	Trabalho de conclusão de curso
LDB/96	Lei de diretrizes e Bases da Educação nacional nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996.
[s.i.]	Sem indicação no resumo

LISTA DE TABELAS

Número da tabela	Título da Tabela	Página
Tabela 1	Dados Bibliográficos dos Trabalhos Científicos – Autor, Ano de Defesa, Título , Orientador, Titulação	20
Tabela 2	Inserção do Termo "Projeto Político-Pedagógico" nas Palavras-chave e nos Resumos	22
Tabela 3	Quantidade da Produção por Ano e por Grau de Titulação	23
Tabela 4	Número de Páginas do Trabalho e Número de Palavras do Resumo	24
Tabela 5	Palavras-chave	25
Tabela 6	Apoio teórico e Método	26
Tabela 7	Tipologia de PPP Analisado e Objetivos da Pesquisa	27
Tabela 8	O que é "projeto" e suas associações	31
Tabela 9	O que é "político" e suas associações	33
Tabela 10	O que é "pedagógico" e suas associações	36
Tabela 11	O que é "PPP" e suas associações	39
Tabela 12	Finalidades do PPP e suas associações	42
Tabela 13	Limites do PPP e suas associações	45

INTRODUÇÃO

1. AS SEMENTES DA PESQUISA

Inicialmente, tive dificuldade para definir o foco deste trabalho, pois vários temas me interessavam, todos referentes à gestão. Algumas questões me inquietavam: como superar as contradições vividas dentro de uma escola? Como definir uma estratégia de intervenção com tantos sujeitos envolvidos? Entre tantas outras.

Decorrentes destas inquietações propus outras discussões, algumas sobre metas, qualidade, estratégias, intervenção, elementos administrativo-burocráticos, autonomia, identidade, políticas educacionais, pluralidade, enfim, discussões que não daria conta de demonstrar nem relatar neste trabalho.

Neste caminhar, surgiu o foco: projeto político-pedagógico¹. Inicialmente, prevaleceu o fato de eu pensar que a investigação ofereceria diretrizes aos gestores e aos demais sujeitos escolares e contribuiria para o estabelecimento da qualidade do ensino-aprendizagem. No meu entender, hoje, a própria expressão 'qualidade' remete ideologicamente aos aspectos neoliberal e globalizante, os quais não discutirei aqui, mas – reconheço – não são simples vieses de investigações.

Instaurei, pois, outras sementes para investigar o PPP, perguntando “O que é?”, “Para quem serve?”, “Sobre o que fala?”, “Onde é feito?” Lançada e ligeiramente respondidas, non sensu, as primeiras questões, aprofundei a pesquisa

¹ Quando a referência é de caráter geral, a expressão “projeto político-pedagógico” é grafada com letra minúscula. A letra inicial maiúscula de “Projeto Político-Pedagógico” indica projeto institucional. PPP é abreviatura para ambos os casos.

científica (Revisão Bibliográfica) como meio e forma de resposta às minhas indagações.

Afinal, segundo EL-GUINDY (2004), a pesquisa é uma forma de extrair novos fatos para entendermos melhor o mundo ao redor e, para isso, primeiro observamos, em seguida relacionamos e a partir daí extraímos os novos fatos. É o que pretendo fazer: observar para içar o que pesquisadores disseram e divulgar para que outros pesquisadores possam constituir outras pesquisas.

Sei que a neutralidade, em pesquisa, é difícil. As relações com o objeto passam pelo pesquisador, constituído intelectual e ideologicamente. Tentarei, porém, perseguir a neutralidade, uma vez que pretendo perseguir a metodologia do Estado da Arte ou Estado do Conhecimento, literalmente, o quanto for possível.

2. DELIMITAÇÃO DO CORPUS DE ANÁLISE NO TEMPO E NO ESPAÇO

Decidi fazer o estado da arte ou estado do conhecimento do PPP. Optei pela leitura dos estudos produzidos na Faculdade de Educação da UNICAMP (FE). Foi determinante para a seleção espacial a minha realidade de estudante de graduação dessa universidade. Considerando que o método causa dúvida e estranheza para algumas pessoas, faço algumas considerações sobre o estado da arte ou estado do conhecimento no capítulo I, para em seguida iniciar o estudo sobre PPP.

As bases selecionadas para o banco de dados foram trabalhos de conclusão de curso (TCC), dissertações de mestrado e teses de doutorado. Percebi, ao iniciar a coleta dos objetos de estudo ou corpus de investigação, a escassez de trabalhos na FE, que tivessem no título e no desenvolvimento do trabalho a

expressão PPP, e de preferência com hífen. Há estudos que citam a expressão PPP e até mesmo colocam o termo no rol das palavras-chave, mas que não configuram uma discussão ampla sobre PPP, mas investigam categorias (estabelecidas com recortes bastante específicos) como autonomia, coletivo, avaliação. Não selecionei esse tipo de estudo, devido à impertinência temática: eu precisava de pesquisas que indicassem o objeto como um todo. Portanto, formalmente, os meus objetos de estudo precisavam dessa pertinência temática.

Temporalmente, selecionei trabalhos defendidos de 1995 até fevereiro de 2008. A primeira produção científica que encontrei na Unicamp, contendo PPP no título, foi uma dissertação de mestrado defendida em 1989.

Entre 1989 e 1995, não há volume na produção sobre o tema, e a produção científica a partir de 1995 tem representatividade histórica para a educação no país. A Constituição de 1988 já apontava ligeiramente para a construção do PPP. Mas foi a partir da LDB/96², que se lançam mais especificamente conceitos e diretrizes para a concepção do PPP. Essa data (1996) é, portanto, entendida como ponto de partida aos argumentos para compreensão dos desafios que o PPP representou (e ainda representa).

Existem fatores que dificultam o estabelecimento do estado do conhecimento, um deles é a escassez de trabalhos de Estado do Conhecimento ou Estado da Arte. Messina (2001) apontava fatores que limitam tal estabelecimento:

El documento, que se elaboró sobre la base de revisión de información secundaria, adoptó la forma de un estado del arte. La falta de información [...] las cuales a su vez se presentan como dispersas y puntuales- así como de estadísticas desagregadas ... y de una masa crítica de investigaciones acerca de ..., han sido factores limitantes para la confección del estado del arte. (p. 2).

Eu senti, no decorrer da pesquisa, os limites apontados por Messina. Mesmo assim acredito em resultados proveitosos a partir da seguinte base de dados selecionada: 4 TCC, 3 dissertações de mestrado e 4 teses de doutorado com a expressão PPP no título, num total de 11 trabalhos científicos a serem analisados.

² Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394, de 20 de Dezembro de 1996

3. O CAMINHO DA PROBLEMATIZAÇÃO

A questão nuclear deste trabalho é: qual é o Estado da Arte sobre PPP, no período de 1995 até 2008, na Faculdade de Educação da Unicamp? Assim colocada, a questão leva a outras pertinências: O que é o PPP? Com que finalidades se faz PPP? Quais os paradigmas conceituais desse período?

Fica demonstrado no corpus de análise que há confusão entre os trabalhadores da educação acerca do que é PPP ou qual a sua finalidade. Há quem diga que não se faz PPP com definições e conceitos, mas estes, quando são claros, são também um norte para a feitura e implementação do mesmo. Eventuais lacunas de pesquisa serão detectadas ao longo da pesquisa.

4. LINHAS GERAIS DA PESQUISA

Esta pesquisa é teórica, estrutural e bibliográfica, dando aos dados investigados tratamentos de natureza qualitativa de análise. O método aplicado é o Estado do Conhecimento ou Estado da Arte. As fontes primárias desta pesquisa, os objetos do meu estudo são teses de doutorado, dissertações de mestrado e trabalhos de conclusão de curso, com a expressão PPP no título. As fontes secundárias são as outras referências bibliográficas.

As fases da pesquisa foram: 1. Leitura sobre o método. 2. Leitura sobre PPP. 3. Leituras complementares. 4. Busca das fontes primárias - Sistema de Bibliotecas da Unicamp. 5. Seleção das fontes primárias segundo o critério de obter a expressão PPP no título, no período de 1995-2008, produzidas na Faculdade de Educação. 6. Estabelecimento de critérios para categorias de análise (Fichas), classificação, organização, estruturação da pesquisa e da escrita. 7. Leitura dos resumos para coleta dos dados de análise. 8. Leitura dos trabalhos na íntegra para coleta de pormenores sobre o PPP. 9. Sistematização, organização e escrita do trabalho.

5. SOBRE OBJETIVOS, JUSTIFICATIVAS E AS PARTES DESTE TRABALHO

Este estudo tem algumas intenções. A primeira delas é sistematizar dados recolhidos dos resumos, classificados em categorias de análise que possibilitem aos outros pesquisadores uma leitura crítica sobre os problemas em torno do PPP. Este objetivo será recolhido no Capítulo II, que apresenta dados sobre os resumos dispostos sobre as categorias de análise propostas neste trabalho. É assim que este Capítulo trata de apresentar os paradigmas da produção da Faculdade de Educação da Unicamp.

A segunda intenção é inventariar definições, conceitos, finalidades e limites do PPP, recolhidas na íntegra dos objetos de estudo e que demonstram conhecimentos acumulados sobre o tema e explicitam ou sinalizam pormenores das concepções em associação com descritivos relacionados aos conceitos. O Capítulo III trata desta intenção: apresenta agrupamentos de definições, conceitos sobre 'projeto', 'político', 'pedagógico', e, depois, especificamente sobre 'projeto político-

pedagógico'. E mais: finalidades e possibilidades do PPP. Neste capítulo se podem verificar conceitos abertos ou copiados (repetidos) sobre o tema.

As considerações finais têm o objetivo de extrapolar a quantificação e o mapeamento conceitual. Comentários sobre construções e desconstruções – os sintagmas sobre o PPP – são elencados nesta parte final, exercendo, se assim posso dizer, a análise por similaridade e contigüidade. Nela estabeleço, não a sobreposição do eixo paradigmático sobre o sintagmático, mas o pretendido eixo comentado sobre os vazios e sobre o completo. Quer dizer que se há ou não há lacunas conceituais no corpus estudado e qual o significado desses vazios para a pesquisa e para a educação. Tenho de tomar cuidado para não extrapolar o método.

Entendo que paradigma é um modo de organização das coisas, é o eixo da seleção de objetos e que este processo de seleção considera e opera com a similaridade, a semelhança, a associação entre objetos. Já o sintagma é o processo de organização das coisas que opera com a contigüidade, proximidade, eu diria vizinhança (e não parença).

Ao evocar um conceito sobre um ou mais elementos do PPP de um dado TCC, dissertação ou tese estarei dando corpo a um paradigma, e ao lembrar de um conceito diferente que não está presente nesses trabalhos, opero por contigüidade, isto é, estarei construindo o eixo sintagmático.

Até porque, não posso abarcar a totalidade. E não há outra maneira de construir Estado do conhecimento a não ser enfrentando as eventuais dificuldades de acesso e de padronização dos materiais ou a desorganização de escrita dos resumos e suas catalogações e sistematizando-os aos leitores.

Enfim, pretendo investigar um sistema representativo de um grupo com preocupações similares ou contíguas, relativas ao PPP. Afinal, exige-se que o pesquisador:

...ao lidar com seu objeto de leitura e análise –os resumos- não busque apenas uma relação do resumo com a pesquisa, metonimicamente (uma parte que representa o todo), nem uma relação de fidedignidade do resumo em relação à pesquisa a qual se refere, e, muito menos, uma relação exclusivamente de contigüidade. (FERREIRA, 2002, p. 9).

Esta é a razão pela qual a pesquisa, para ser aproveitável, precisa ir além da acessibilidade ao acúmulo, à quantidade de informações. Assim, espero oferecer mais um meio de olhar o PPP.

Enfim , o que é que mais justifica o objeto e o objetivo de análise de um jovem pesquisador? Não seria clarear as complexidades das intenções em movimento, e influir para ampliar a construção de novos paradigmas que possibilitem a construção de novos conhecimentos? Deste modo pretendo estruturar a minha escrita.

CAPÍTULO I - O ESTADO DO CONHECIMENTO OU ESTADO DA ARTE

1. COMO É QUE SE DIZ: ESTADO DA ARTE OU ESTADO DO CONHECIMENTO?

Nos últimos quinze anos tem se produzido um conjunto significativo de pesquisas conhecidas pela denominação 'estado da arte' ou 'estado do conhecimento'. (FERREIRA, 2002, p.1).

De fato, alguns autores/editores preferem a denominação de estado da arte; outros, estado do conhecimento. A preferência por uma ou outra denominação depende da opção do autor/editor. Há quem prefira "estado do conhecimento", por questões específicas da natureza da sua pesquisa, como se observa na citação abaixo:

A escolha ao intitularmos a presente pesquisa como um "estado do conhecimento" em vez de um "estado da arte" (como havíamos pensado inicialmente), ocorreu por considerarmos que nosso estudo vai além de um levantamento bibliográfico, configurando-se como uma análise criteriosa do conhecimento produzido pela área, no período 1996-2005. Desta maneira, consideramos ser mais coerente, chamá-lo de "estado do conhecimento", principalmente porque o termo "estado da arte" pode trazer ressonâncias quanto ao seu significado, ou seja, levantar dúvidas do tipo: O que é isso? Arte? Por quê? Naturalmente, os diversos autores que trabalham com esse tipo de pesquisa, também fizeram suas escolhas, ao utilizarem um dos termos em questão. (BREJO, 2007, p.9).

Se pensarmos nos significados denotativos de "conhecimento" e "arte", poderíamos supor que ao primeiro se liga a razão, o intelecto; ao segundo, a imaginação, a criatividade e, talvez por essa razão, alguns pesquisadores preferiram ligar seus estudos ao "conhecimento", entendido denotativamente, sem ligações conotativas com imaginação, beleza, criatividade.

Mas há quem prefira designar o método como estado da arte:

Já Cavalcanti (2005), faz uso da expressão "estado da arte" afirmando que esta é uma forma de pesquisa que se propõe a organizar de maneira crítica, ou não, os conhecimentos produzidos em uma determinada área ou tema, com o intuito de realizar não somente uma análise e uma sistematização dos estudos, mas também, delinear para os problemas apresentados, possíveis soluções. (BREJO, 2007, p. 9).

Cavalcanti (2005, apud Brejo, 2007, p. 9) configura o estado da arte como metodologia crítica (apesar de sistemática) e sugere, sobretudo, que o pesquisador apresente soluções aos problemas sistematizados. Eu não vejo assim: inventariar e sistematizar é preciso. Comentar e (tentar) contribuir também é preciso. Mas apresentar soluções é objeto para outro tipo de estudo; seria já uma outra tese ou dissertação. Esta discussão precisa e tem de ser aprofundada em pesquisa específica sobre o método e fica aqui, então, uma minha primeira sugestão aos pesquisadores.

Ainda há quem não distingue entre estado da arte ou estado do conhecimento:

As pesquisas de caráter bibliográfico, com o objetivo de inventariar e sistematizar a produção em determinada área do conhecimento (chamadas, usualmente, de pesquisas do "**estado da arte**"), são recentes, no Brasil, e são, sem dúvida, de grande importância, pois pesquisas desse tipo é que podem conduzir à plena compreensão do estado atingido pelo conhecimento a respeito de determinado tema – sua amplitude, tendências teóricas, vertentes metodológicas. Essa compreensão do **estado do conhecimento** sobre um tema, em determinado momento, é necessária no processo de evolução da ciência, a fim de que se ordene periodicamente o conjunto de informações e resultados já obtidos, ordenação que permita a indicação das possibilidades de integração de diferentes perspectivas, aparentemente autônomas, a identificação de duplicações ou contradições, e a determinação de lacunas ou vieses. (SOARES, 1989, p.3, apud BREJO, 2007, P.5).

Até o momento, SOARES (1989, p.3, apud BREJO, 2007, p.5) é quem define mais amplamente o que é o método e para que serve: inventariar, sistematizar para visualizar as tendências e vertentes sobre um tema e contribuir para o progresso da ciência e para que se evitem repetições nas pesquisas.

2. AFINAL, O QUE É ESTADO DA ARTE?

Outros pesquisadores apontam a definição do método de caráter bibliográfico:

...chamado de pesquisa do “estado da arte” sobretudo porque procuramos inventariar, sistematizar e avaliar a produção científica numa determinada área de conhecimento. (Fiorentini, 1994, p 32).

...definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e seminários. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que se busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado. (FERREIRA, 2002, p.1).

Assim, o estado do conhecimento ou estado da arte é método de caráter bibliográfico para mapear e mostrar aspectos privilegiados ou lacunas das pesquisas, portanto, de caráter inventariante e descritivo.

A fim de melhor compreender tal metodologia, é preciso aprofundar os termos das definições propostas, o que sumariamente apresento a seguir.

3. O QUE É LISTAR, MAPEAR, INVENTARIAR, SISTEMATIZAR, AVALIAR?

Segundo Antenor Nascentes, no Dicionário da Academia Brasileira de Letras, inventariar é descrever com minúcias, relacionar. Entendo que o ato de inventariar aproxima-se e, ao mesmo tempo, afasta-se do ato de listar, já que listar nada mais é que apresentar rol, catalogar. Não é sutil a dessemelhança semântica entre as duas palavras, ainda mais para quem, como eu, pretende listar a produção e, para além disso, pretende içar minúcias conceituais, relacionando, na medida do possível, os paradigmas assinalados na produção sobre PPP.

Se sistematizar, do grego *systema*, significa reunir e pressupõe reunir de forma coordenada e que constitui um todo científico, então, por disseminação semântica, é investigar um sistema representativo de um grupo com preocupações similares ou contíguas. No caso deste estudo, é a apresentação de um sistema representativo de um grupo de estudiosos preocupados com o PPP.

Já, avaliar pressupõe comentários do pesquisador RIVAS (1991), feitos a partir da sistematização de “elementos de um marco referencial que permitam hacer una lectura crítica sobre los conocimientos acumulados em torno a los problemas” (, p.10).

Assim como há estudos da arte meramente descritivos e úteis, também há outros que extrapolam a descrição. Por essa razão, porque pesquisadores extrapolaram a descrição, a ANPAE – Associação Nacional de Política e Administração da Educação publicou um livro (cf WITTMANN, GRACINDO, 2001) com doze títulos sobre estado da arte. E o fez também apontando a utilidade das pesquisas:

Um estudo da produção de pesquisas, como expressão do estado da arte sobre... torna-se, pois, de fundamental importância para o processo histórico de produção de conhecimento, para a qualificação dos agentes e para melhoria da prática concreta da educação... (WITTMANN, GRACINDO, 2001, p.11).

Tanto os estudos especificamente descritivos como os críticos são úteis aos pesquisadores: depende das intenções de cada um destes em tomar como objeto de consulta um tipo ou outro tipo de estudo. Eu mesma senti falta de estudos descritivos: eu queria saber sobre o que já tinham escrito, e não queria – para atender a esse meu objetivo – estudos críticos. Já, no momento da escrita deste TCC, senti falta de estudos do conhecimento ou estudo da arte com criticidade. Por isso, fica aqui uma segunda sugestão: é preciso aumentar a produção de pesquisas inventariantes e de críticas.

4. QUEM UTILIZA ESTE MÉTODO? POR QUÊ? PARA QUÊ?

O estado da arte ou do conhecimento é utilizado em trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado, teses de doutorado, pesquisas oficiais, com o objetivo de organizar e divulgar conhecimento acumulado em trabalhos acadêmicos ou científicos, de um lugar, dentro de um certo período.

Segundo FERREIRA (2002), de posse de um estado da arte, o pesquisador tem uma visão geral da produção acadêmica, já que o método quantifica e identifica dados bibliográficos de uma época, anos, locais, áreas de produção, temas e subtemas abordados, tendências, ênfases, escolhas metodológicas e teóricas, indicação geral de conteúdo, modalidades de críticas. Enfim, o método traça uma História do conhecimento já produzido de uma área de estudo ou tema.

Sem dúvida, o estado da arte é útil à pesquisa preliminar de qualquer estudo, uma vez que traz informações importantes sobre o 'já produzido', o que facilita escolhas que podem não se repetir. Enfim, facilita a prática da pesquisa. Recolhemos de FREITAG (1987, p.1) a seguinte finalidade do estado da arte: "verificar em que medida essa discussão acompanha, antecipa ou confirma a discussão travada em outras partes do mundo."

Há quem compare estudos, e há os que vão além da comparação, “indicando parâmetros para situar a qualidade e o nível de discussão”. De todo modo, o estado da arte não deve focar o objeto de verificação em si mesmos, isoladamente, mas demonstrar o diálogo entre eles, inseridos que estão em um contexto.

5. COMO SE FAZ ESTADO DA ARTE?

Os passos da pesquisa, afora algumas modificações efetuadas pelos pesquisadores, resumem-se a:

1. Levantamento de dados;
2. Organização da base de dados e primeira análise (definição das categorias, categorização dos resumos cuja seleção se dá pela pertinência temática, local ou temporal – e os temas ou subtemas impertinentes são descartados);
3. Definição das categorias de análise, produção de fichas por categoria, preenchimento das fichas com dados coletados nas fontes (corpus) de pesquisa. Alguns autores denominam as categorias de análise como “matrizes de análise”;
4. Tabulações e análise dos dados;
5. Busca de conteúdos específicos na íntegra do trabalho. Esta fase da pesquisa acontece quando o pesquisador extrapola a quantificação;

6. Listas, comparações por similaridade ou por contigüidade, considerações do pesquisador;
7. Visão geral dos resultados, que pode ser sinótica ou descritiva: relatar trabalhos de maior projeção, quais dimensões foram privilegiadas, lacunas que ficaram descobertas, críticas assinaladas que merecem debate.

Pela singularidade do método, é preciso da parte do pesquisador uma elaboração cuidadosa, que envolve atenção, preocupação com transcrições e estatísticas exatas, criticidade e, inclusive, intuição.

CAPÍTULO II - O VERSO E O REVERSO DOS RESUMOS

Este capítulo trata de sistematizar, a partir dos resumos, a produção constituída na Faculdade de Educação da Unicamp, sobre o tema (PPP), distribuída em categorias de análise, segundo o método do estado do conhecimento, seguidas de comentários.

1. LEITURA DOS RESUMOS E MATRIZES DE ANÁLISE

Quanto à técnica usada para compreensão dos resumos, BREJO (2007) indica que os estudou segundo o procedimento metodológico para análise qualitativa do conteúdo definido por BARDIM (2000, apud Brejo, 2007, p.ix). Ela sinaliza que é difícil estabelecer a compreensão do texto, porque há diferentes maneiras de apresentação dos mesmos - não raras vezes sem indicação de informações que seriam úteis aos pesquisadores. A técnica usada por ela busca completar a análise e compreensão através de inferências. Apesar de eu não fazê-lo deste modo, porque evito ao máximo as inferências, insisto em afirmar que a minha preocupação em compreender a produção já constituída é a mesma da pesquisadora.

Como assinalai, o Estado do Conhecimento realizado a partir da leitura de resumos tem técnicas variadas para a compreensão dos mesmos. Para analisar os conteúdos dos resumos optei pela leitura do significado literal, denotativo dos textos, sem interpretar conotações possíveis, sem inferir significados nem fazer associações por contaminação semântica ou associações outras que também podem resultar em inferências.

Selecionei estudos relativos ao PPP como um todo, que não analisem nenhuma subcategoria ou recorte específico dele: entre muitos exemplos, cito a tese sobre PPP que descartei porque investiga os vários matizes da categoria “avaliação”, e eu precisava de estudos que versassem sobre conceitos, finalidades, limites na implementação. No decorrer da pesquisa, percebi que investigo um corpus de natureza interdisciplinar e há complexidade para identificar os limites temáticos, justamente porque são interdisciplinares. Além disso, percebi que a compreensão do PPP sofreu transformações, com o passar do tempo e o leque temático ampliou-se, separou-se e, depois, se interligou.

Mas, em geral, notei que os trabalhos analisam: concepções e princípios do PPP, teoria, epistemologia, axiologia, metodologia do PPP, formação, currículo, estratégias, avaliação, cognição, cultura / atitude do educador frente ao PPP.

A partir da criação de uma base de dados, embora simples, coletada dos resumos, indiquei aspectos gerais sobre a produção investigada, mostrados nas tabelas abaixo. Usei [s.i.] = sem indicação no resumo - para anotar dados que não encontrei expressos nos resumos. Construí uma base de dados inspirada nas matrizes de análise compostas por BREJO (2007).

Então, qual foi o tratamento que dei à leitura dos resumos? Busquei informações que anotei nas fichas de coleta de dados, que se transformaram na base de dados sobre os textos: a **tabela 1** apresenta dados bibliográficos; a **tabela 2** diz respeito à inserção da expressão PPP nas palavras-chave e nos resumos; a **tabela 3** demonstra a quantidade de produção por ano e por grau de titulação; a **tabela 4** confere o total de páginas de cada pesquisa e o número de palavras de cada resumo; a **tabela 5** recolhe dados sobre as palavras-chave; a **tabela 6** apresenta duas categorias – o apoio teórico das pesquisas e o método; a **tabela 7** também apresenta duas categorias: faz visualizar o objeto de estudo e os principais objetivos de cada pesquisa. Mais categorias eu não registrei, porque, como já demonstrei, as questões que interessam ao meu estudo são essas mesmas.

Nos resumos, encontrei o quê? Extensões desiguais. Estrutura com o máximo grau de desigualdade. Alguns resumos enfileiram informações sobre o modo de construção da pesquisa e outros resumem o conteúdo das pesquisas.

No momento de inventariar e construir a base de dados ou grupo de tabelas, teria de optar entre estabelecer categorias de estudo históricos, analíticos ou sistemáticos para poder definir quais dados selecionaria. Descartei o critério histórico. Esta pesquisa é bibliográfica-descritiva.

Apresentei, porém, curtos comentários, lado a lado às classificações / sistematização. Posso, agora, afirmar que, no momento da classificação, trabalhei a amostragem inventariante através de uma sistematização quantitativa, querendo no capítulo seguinte ultrapassar a mostra do usual catálogo e agrupamento dos resumos, relacionando-os e interpenetrando-os de maneira a, pelo menos, atender aos nossos objetivos e justificativas.

2. CONJUNTO DOS RESUMOS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNICAMP COM PPP NO TÍTULO – 1995-2008

Confira ANEXO I

3. SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS COLETADOS A PARTIR DOS RESUMOS

Este levantamento é muito trabalhoso porque a classificação dos estudos pesquisados pode dar margem a diferentes categorias de análise, com denominações diferentes para uma mesma categoria e a compartimentalização é complexa devido ao caráter intertextual do PPP. Eis a sistematização:

TABELA 1

Dados Bibliográficos dos Trabalhos Científicos – Autor, Ano de Defesa, Título, Orientador, Titulação.

Autor	Ano de Defesa	Título do Trabalho	Orientador	Titulação
MALAVAZI, MMS	1995	A construção de um Projeto Político Pedagógico: registro e análise de uma experiência	Prof. Dr. Luiz Carlos de Freitas	Mestre
SANTOS, SRR	2004	Gestão colegiada e Projeto Político Pedagógico: colégio universitário São Luís (MA) 1989-1997	Prof ^a . Dr ^a . Vera Lúcia S. de Rossi	Doutor
FAHL, AF	2005	Projeto Político-Pedagógico - Vivendo entre os limites e as possibilidades de um Projeto Político Pedagógico emancipatório	Prof. Dr. César A. Nunes	Licenciado
CARDOSO, LD	2006	A política educacional no município de Guarulhos/SP – Gestão 2001 - 2004: da construção da rede municipal de educação ao Projeto Político-Pedagógico	Prof. Dr. Newton A. Paciulli Bryan	Mestre
MAGALHÃES, AT	2006	Projeto Político-Pedagógico e planejamento estratégico: é possível?	Prof. Dr. Luis E. Aguilar	Graduado
OLIVEIRA, RF	2006	Projeto Político-Pedagógico na escola	Prof. Dr. Newton A. P. Bryan	Bacharel
PEPE, GE	2006	O Projeto Político-Pedagógico em uma escola pública da rede estadual em Indaiatuba: a análise de sua concepção e validade de execução no cotidiano escolar	Prof ^a . Dr ^a . Maria M. Sigristi Malavasi	Graduado
PEREIRA, AR	2006	O projeto Político-Pedagógico de J. Locke para a modernidade: atualizações necessárias e releituras possíveis	Prof. Dr. César A. Nunes	Doutor
PORTO, RCC	2007	Impasses, resistência e singularidades na construção de Projetos Político-Pedagógicos: as formas de enfrentamento na implementação das políticas de formação dos profissionais da educação na UFPB	Prof ^a . Dr ^a . Helena C. Lopes Freitas	Doutor
SANTOS, RB	2007	O Projeto Político-Pedagógico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: trajetórias de educadores e lideranças	Prof ^a . Dr ^a . Vera Lúcia S. de Rossi	Doutor
PINHEIRO, LMG	2008	A formação do cirurgião-dentista nas universidades públicas paulistas: diretrizes curriculares, Projetos Político-Pedagógicos e necessidades sociais.	Prof. Dr. René J. Trentin Silveira	Mestre

COMENTÁRIOS TABELA 1

- A) ANO DE DEFESA: Pode observar-se a ausência de trabalhos sobre PPP no período de 1996 até 2003, em contrapartida no ano de 2006 temos cinco trabalhos sobre o tema. É este um fato que pode vir há ser investigado posteriormente em outra pesquisa. As perguntas se repetem: por que o pouco interesse por PPP? Fatores socioeconômicos e políticos interferem na quantidade de produção acadêmica em determinada época, mais que em outra? Teria sido o PPP considerado um modismo que não merecia ser investigado em certo período? O que está por trás da produção acadêmica?
- B) TÍTULO DO TRABALHO: Analisando o título de cada trabalho, percebi os trabalhos pesquisam PPP específicos de alguma instituição, o que, a princípio, podem ser considerados como estudos de caso conjugados à teoria, e isto revela a tendência à matriz mista de investigação, em que o pesquisador, de algum modo, envolve-se com o objeto. As instituições são escolas públicas e privadas de ensino fundamental, escola de referência (ligada à universidades), universidades, rede municipal de ensino e movimento social. Só o trabalho sobre o PPP de Locke foca no instrumento/documento PPP de forma generalizada (do ponto de vista teórico), embora específico sobre o neoliberalismo lockeano.
- C) ORIENTADOR: Na Faculdade de Educação da UNICAMP não existe a área de pesquisa sobre PPP. Surgiram, então, algumas questões: Seria esta a razão do número reduzido de investigações específicas sobre PPP? Seria este o motivo da diversidade de orientadores? Num total de onze trabalhos encontrei oito orientadores diferentes, ou seja, apenas três orientadores orientam mais de uma vez no período estudado. O que isto significa?
- D) GRAU DE TITULAÇÃO: Verificou-se que quanto maior o grau da titulação do pesquisador, maior a elucidação sobre PPP, independente da Área de Concentração ou Conhecimento. Embora possa considerar-se este como um dado natural, uma vez que se infere que quanto maior o grau e organicidade do estudo, maior o conhecimento, na verdade esta categoria de análise revela que a seleção do tema PPP independe do grau de titulação (em associação a conhecimento). As dissertações de mestrado também atingiram profundidade na discussão temática e entre os TCC, apenas um tratou o assunto de forma superficial. Em geral, os trabalhos são bem estruturados semântica e formalmente, o que revela o caminhar responsável da pesquisa na Unicamp, que

significativamente é útil. Mas, e as lacunas? Certo é que 11 trabalhos encontrados no sistema da biblioteca não falam por uma universidade inteira, mas porque o sistema da biblioteca não sistematiza outros trabalhos com os critérios PPP no título, palavra-chave e resumo? Ou sistematiza e são mesmo somente estes onze? Eis uma boa proposta de pesquisa! Aliás, pesquisadores de estudo do conhecimento denunciam a falta de uniformização catalográfica entre segmentos ligados à pesquisa.

TABELA 2

Inserção do Termo "Projeto Político-Pedagógico" nas Palavras-chave e nos Resumos.

Trabalhos Científicos	Palavra-Chave	Resumo
MALAVASI, MMS (1995)	Não	Sim
SANTOS, SRR (2004)	Sim	Sim
FAHL, AF (2005)	Não	Sim
CARDOSO, LD (2006)	Sim	Sim
MAGALHÃES, AT (2006)	Sim	Sim
OLIVEIRA, RF (2006)	Sim	Sim
PEPE, AR (2006)	Não	Sim
PEREIRA, GE (2006)	Não	Sim
PORTO, RCC (2007)	Sim	Sim
SANTOS, RB (2007)	Sim	Sim
PINHEIRO, LMG (2008)	Sim	Sim

COMENTÁRIOS TABELA 2

As fontes primárias desta pesquisa são os objetos do meu estudo: teses de doutorado, dissertações de mestrado e trabalhos de conclusão de curso, com a expressão PPP no título. Observa-se, porém, que alguns trabalhos repetem a expressão nas palavras-chave, apenas quatro trabalhos não o fazem. Em compensação, todos repetem a expressão PPP nos resumos. Este dado revela, formalmente, a pertinência do tema quanto à consistência da discussão sobre PPP, dada no desenvolvimento de cada trabalho e demonstra coerência entre o título e a discussão desenvolvida pelos pesquisadores, mas não aponta o critério de seleção das palavras-chave. Obs.: Todos os trabalhos têm a expressão PPP no título.

TABELA 3

Quantidade da Produção por Ano e por Grau de Titulação

Ano	Quantidade por ano	Quantidade por titulação
1995	01	01 Mestrado
1996	--	--
1997	--	--
1998	--	--
1999	--	--
2000	--	--
2001	--	--
2002	--	--
2003	--	--
2004	01	01 Doutorado
2005	01	01 Mestrado
2006	05	01 Doutorado, 01 Mestrado, 03 Graduação
2007	02	02 Doutorado
2008	01	01 Mestrado

COMENTÁRIOS TABELA 3

Entre 1996-2003 não foram encontradas pesquisas da Faculdade de Educação da Unicamp com a expressão PPP no título, conforme já observado na TABELA 1 e ressaltado nesta tabela. Algumas teses ou dissertações podem ainda não estar relacionadas no banco de dados digital do Sistema de Bibliotecas da Unicamp e este dado revela a dificuldade para coletar informações. Para o pesquisador este é um dado limitante para fazer estado da arte, o que não impossibilita que seja feito. Qual seria a razão do número reduzido de investigações específicas sobre PPP neste período? Também fica ressaltado que em 2006 tivemos cinco trabalhos produzidos, o que nos leva a uma indagação similar: Qual seria a razão do número elevado de investigações específicas sobre PPP no ano de 2006? É interessante notar que em 2006 os trabalhos foram de diversos graus de titulação, sendo que três deles foram de graduação. Já em 2007 tivemos apenas dois trabalhos de doutorado.

TABELA 4

Número de Páginas do Trabalho e Número de Palavras do Resumo

Trabalhos Científicos	Número de Páginas	Número de Palavras do Resumo
MALAVASI, MMS (1995)	327	261
SANTOS, SRR (2004)	188	189
FAHL, AF (2005)	63	225
CARDOSO, LD (2006)	128	166
MAGALHÃES, AT (2006)	92	150
OLIVEIRA, RF (2006)	77	199
PEPE, AR (2006)	61	367
PEREIRA, GE (2006)	161	117
PORTO, RCC (2007)	287	224
SANTOS, RB (2007)	206	290
PINHEIRO, LMG (2008)	250	354

COMENTÁRIOS TABELA 4

A qualidade de um texto não está necessariamente relacionada à extensão do mesmo. Mas no caso dos resumos, a não uniformidade ou desigualdade na extensão está relacionada com a quantidade e clareza das informações. Os resumos maiores apresentam mais informações sobre objeto, objetivos, método, matriz teórica, entre outras categorias. Os menores omitem dados que interessam sobremaneira aos pesquisadores. Com exceções, os objetos de Doutorado e Mestrado constroem resumos maiores e completos e que são cada vez mais buscadas como fonte de pesquisa. Curiosamente podemos verificar que o menor resumo é da tese de Doutorado, PEREIRA, GE (2006), tendo um total de 117 palavras e o maior resumo é do trabalho de conclusão de curso, PEPE, AR (2006), tendo um total de 367 palavras. Nenhum grau de titulação manteve um padrão na quantidade de palavras dos resumos, tendo uma variação de mais de cem palavras. O número de páginas também não segue nenhuma padronização. O que isto significa para o progresso da ciência? Se a padronização for severa, tudo será sempre igual; se relaxada, há incompletude e esta, sim, afeta a ciência. Além do mais, é grande a relação entre a objetividade, a lógica, a sintaxe e a semântica da escrita com a metodologia da pesquisa. Isto tem de ser notado e anotado pelos pesquisadores.

TABELA 5

Palavras-Chave

Trabalhos Científicos	Palavra-Chave
MALAVASI, MMS (1995)	Política e Educação; Trabalho; Planejamento educacional; Escolas-planejamento; Professores; Professores e alunos.
SANTOS, SRR (2004)	Gestão colegiada; Projeto político-pedagógico; autonomia; participação.
FAHL, AF (2005)	Gestão da educação escolar; Poder; Colonização; Democratização; Projeto pedagógico; Escolas.
CARDOSO, LD (2006)	Política educacional; Implementação de políticas públicas; Projeto político-pedagógico; arte-educação; Concepção de círculos de formação.
MAGALHÃES, AT (2006)	Projeto político-pedagógico; Planejamento estratégico; Planejamento educacional.
OLIVEIRA, RF (2006)	Projeto político pedagógico; Projetos – elaboração.
PEPE, AR (2006)	Práticas educacionais; Avaliação; Gestão da educação escolar; Educação e política; Ação educativa; Prática docente; políticas públicas.
PEREIRA, GE (2006)	Política; Sociedade; Conduta; Educação; Comunidade.
PORTO, RCC (2007)	Política educacional; Formação de professores; Projeto político-pedagógico; UFPB; Formas de resistência; Movimento dos educadores; ANFOPE.
SANTOS, RB (2007)	Projeto político-pedagógico; Movimento dos trabalhadores rurais sem terra; Reconhecimento (filosofia); Identidade; Democracia; História.
PINHEIRO, LMG (2008)	Odontologia – estudo e ensino; Ensino – legislação; Odontologia – História; Projeto político pedagógico; Materialismo dialético.

COMENTÁRIOS TABELA 5

Novamente há falta de padronização, pois cada trabalho, independente do grau de titulação e/ou ano, possui uma quantidade diferente de palavras-chave. O mínimo encontrado foi de três palavras-chave, isso ocorreu em apenas dois trabalhos de graduação. O máximo foi de sete, e neste caso encontramos ocorrência tanto na graduação como no doutorado. A média é de cinco palavras-chave. Os termos utilizados foram os mais variados, dificultando uma tabulação. Verificamos que apesar do tema central ser o PPP, as abordagens e discussões foram as mais diversas e específicas. Palavras-chave significam dificuldade ou facilidade para a busca dos pesquisadores, dependendo da pertinência ou não ao tema.

TABELA 6

Apoio Teórico e Método.

Trabalhos Científicos	Apoio Teórico	Método
MALAVASI, MMS (1995)	Pistrak	Estudo teórico e interpretação dos dados obtidos
SANTOS, SRR (2004)	Fontes de caráter educacional, sociológica, filosófica, histórico-cultural.	Análise histórica de uma instituição
FAHL, AF (2005)	[s.i.]	[s.i.]
CARDOSO, LD (2006)	[s.i.]	"Estudo de uma experiência" a partir de diagnoses socioeconômicas e geográficas.
MAGALHÃES, AT (2006)	[s.i.]	Discussão teórica, análise documental e entrevistas.
OLIVEIRA, RF (2006)	[s.i.]	Análise crítica.
PEPE, AR (2006)	[s.i.]	Análise documental, observação
PEREIRA, GE (2006)	John Locke	[s.i.]
PORTO, RCC (2007)	[s.i.]	Multimétodo (análise documental, grupos de discussão, entrevistas semi-estruturadas, observação)
SANTOS, RB (2007)	Ariel Honneth	Perspectiva histórica cultural e sociológica de investigação.
PINHEIRO, LMG (2008)	Marx e Engels	Materialismo histórico-dialético. Análise documental.

COMENTÁRIOS TABELA 6

- A) APOIO TEÓRICO: Interessante notar, por exemplo, que a pesquisa da SANTOS, SRR (2004) não referencia no resumo um teórico, mas indica a natureza das fontes, enquanto outros 6 trabalhos não referenciam especificamente o teórico e nem a natureza das fontes. As 4 pesquisas que apontam nominalmente os teóricos nos resumos, levam a concluir a diversidade dos estudos: social, educacional, psicológica, histórico-dialética, apontando a complexidade e a abordagem ampla do PPP, o que é bom para a ciência.
- B) MÉTODOS: A maioria dos resumos confunde o método com os instrumentos metodológicos, não indicando de forma clara o método utilizado, e 2 resumos não fazem indicação. Por estes dois motivos torna-se necessária a leitura integral para identificar o método. Para a ciência, isto é um resultado negativo, quando os pesquisadores têm um grande volume a ser pesquisado, sabendo de antemão que também é grande o volume a ser descartado, não tendo condições para fazer a leitura integral, então para que servem os resumos?

TABELA 7

Tipologia de PPP Analisado e Objetivos da Pesquisa

Trabalhos Científicos	PPP Analisado	Objetivos da Pesquisa
MALAVASI, MMS (1995)	[s.i.]	Observar a sistemática da construção do projeto. Relacionar posições adotadas quanto à percepção do andamento do projeto. Contribuir com o exemplo de uma prática possível para escolas que desejem construir o seu próprio PPP.
SANTOS, SRR (2004)	PPP da Escola de Aplicação da UFMA, analisado de 1989 a 1996.	Análise histórica dos limites e possibilidades de gestão colegiada. Compreender o processo de gestão colegiada. Avaliar as contribuições.
FAHL, AF (2005)	PPP do Município de Guarulhos, SP	Ressaltar a importância da organização para implementar um PPP, discutir o PPP do município de Guarulhos, SP, demonstrar a necessidade da gestão democrática.
CARDOSO, LD (2006)	Experiência (da diagnose à implementação do PPP) desenvolvida pela Secretaria da Educação de Guarulhos, SP	Análise da implementação de uma política pública.
MAGALHÃES, AT (2006)	Planejamento estratégico e o PPP de uma Escola de Educação Infantil.	Propor e discutir o planejamento estratégico e analisar o PPP.
OLIVEIRA, RF (2006)	Concepções teóricas sobre PPP e análise do PPP de uma escola particular de Campinas, SP	Explicitar concepções de PPP, dissertar sobre a construção de um projeto emancipatório, identificar a implementação do PPP de uma escola particular.
PEPE, AR (2006)	PPP emancipatório e coletivo de uma escola pública da rede estadual de Indaiatuba -SP	Avaliar o quanto este documento está presente nas relações pedagógicas do cotidiano escolar; analisar a concepção e execução do projeto político-pedagógico
PEREIRA, GE (2006)	O que Locke apresenta como o seu projeto político para aquele que chamamos sociedade moderna	Demonstrar a coerência e a consistência do pensamento de John Locke para a modernidade.
PORTO, RCC (2007)	Singularidades da política institucional de formação do educador, expressas no PPP dos cursos de licenciatura das instituições públicas da UFPB.	Compreender as relações que se estabelecem entre a política nacional de formação dos profissionais de educação, o movimento dos educadores, representado pela Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação (ANFOPE), e a construção dos projetos político-pedagógicos (PPPs) dos cursos de licenciatura de instituições públicas, focalizando a Universidade Federal da Paraíba (UFPB).
SANTOS, RB (2007)	Histórias de vida de lideranças do MST e a construção de um PPP emancipador	Compreender concepções filosóficas no processo de construção de uma práxis pedagógica libertadora, compreender concepção e implementação do PPP do MST, investigar a história de vida das lideranças e buscar relações de coesão social.
PINHEIRO, LMG (2008)	PPPs de cursos de Odontologia de Universidades públicas (USP, UNICAMP E UNESP) e Diretrizes Curriculares Nacionais.	Identificar matrizes filosóficas, fundamentos teóricos e pressupostos político-pedagógicos na formação de dentistas. Ampliar o debate em torno das contribuições entre a formação do dentista e dados de saúde bucal que o país apresenta.

COMENTÁRIOS TABELA 7

Chama a atenção a variedade de locais onde são investigados os PPP: UFMA, UFPB, UNICAMP, UNESP, USP, escolas privadas e públicas de ensino fundamental e infantil, educação em movimento social, rede de ensino de prefeitura municipal, lembrando que todas as pesquisas são realizadas na FE da UNICAMP. É bom para a pesquisa a variedade de graus e tipos de instituições investigados. Falta investigar, porém, relações macros e micros entre políticas públicas nacionais e orientações de Secretarias de Educação; entre políticas públicas nacionais e PPP de escolas de grandes corporações privadas, para relacioná-las com PPP de natureza emancipatória. Percebi a ausência na produção investigada de uma linha que pesquise cultural, filosófica e sociologicamente PPP alternativos (mesmo no atual contexto de ideologia neoliberal, ongs, fundações beneficentes traçam PPP), que não sejam os tradicionais PPP privatistas e emancipatórios implementados, discutidos, mas não de forma orgânica. Referente aos objetivos, estes são variados, mas podem ser divididos em alguns grupos como: relacionar, analisar, compreender, avaliar, demonstrar, identificar.

A leitura dos resumos levou à constatação da tendência holística de investigação da Faculdade de Educação da Unicamp. Pude, então, perceber que será preciso desconstruir as unidades paradigmáticas para investigar a especificidade dos conteúdos e subconceitos. A amostragem, mesmo sendo relativa a apenas 11 trabalhos, revela a busca incessante dos pesquisadores para clarear conceitos e concepções de PPP, e vão adiante, sempre adiante, às vezes com indignação, questionando teorias e práticas de ontem e de hoje.

O terceiro capítulo tratará desta ordem de investigação: definições, conceitos, finalidades e razões que impedem ou dificultam a implementação do PPP.

CAPÍTULO III - OS CONCEITOS EXTRAÍDOS DOS TRABALHOS CIENTÍFICOS

Agora, neste capítulo, é o momento de apresentar o inventário, a sistematização dos conceitos sobre projeto político-pedagógico encontrados na íntegra dos trabalhos científicos, o que farei obedecendo à ordem temporal crescente das produções. O capítulo é estruturado em partes ou sub-categorias: primeiramente mostrando como os estudos definem ou conceituam “projeto” (**tabela 8**); depois, “político” (**tabela 9**); a seguir, “pedagógico” (**tabela 10**) e por fim como cada autor conceitua o todo, isto é, quais os conceitos sobre “projeto político-pedagógico” (**tabela 11**). Apresento também como indicam finalidades (**tabela 12**) e limites para implementação do PPP (**tabela 13**).

Para levar ao entendimento do que é PPP, eu desconstruí os saberes interpenetrados nas pesquisas. A este respeito, PORTO (2007) diz:

A literatura a respeito de projeto político-pedagógico é incipiente; em geral esses instrumentos da política acadêmica são tratados separadamente. Entretanto, há entendimento de que um não pode ser compreendido sem que esteja atrelado ao outro. (pg. 200).

Como desconsiderar tamanha orientação? Portanto, sabendo desde o início que só semanticamente dá para separar do PPP o que é projeto, o que é político e o que é pedagógico, busquei a técnica de leitura para buscar detalhes de definições e conceitos como de recolher nas citações selecionadas uma palavra (chave) relacionada a um aspecto de associação conceitual. Por exemplo: político em associação a Estado; político em associação a poder; pedagógico em associação a currículo. Fica claro que, no momento de indicar o que é projeto político-pedagógico, fica tudo atrelado novamente.

Mas antes de buscar os conceitos, amparei-me em FERREIRA (1986, p.528), para quem definir é dar uma explicação precisa e, para a lógica, é explicar o significado. Já, conceito é a representação de um objeto pelo pensamento. Entendo

que conceitos expressam idéias e que estas aparecem como resultado de reflexão. Ocorre que FERREIRA (idem:445) define conceito também como definição, noção, concepção. E concepção (ibidem:445) é o ato de conceber (portanto de gerar, criar) mentalmente idéias, especialmente abstratas. Os significados interpenetram-se. Além disso, de acordo com técnicas gerais de redação, não cabem descrições na definição – exemplo: “maçã é o fruto da macieira”, sem detalhes descritivos. Entendo que se o conceito envolve a explicação de idéias, cabe nele a natureza das idéias (ideológica, filosófica, epistemológica), e cabe também a descrição. Mas me fixarei na natureza das idéias. Usarei a expressão concepção com o mesmo valor semântico de conceito.

Usarei, também - para melhor sistematização - tabelas com algumas citações extraídas (conforme método descrito) dos trabalhos científicos seguidos de breve comentários. Foi criada uma tabela para cada parte, sub-categorias estruturadas e já expostas no início do capítulo.

1. O QUE É “PROJETO”?

TABELA 8

O que é “projeto” e suas associações

Trabalhos Científicos	Citações referente projeto e suas associações: plano, proposta, direção, intenção
MALAVASI, MMS (1995)	“...queríamos saber porque o Planejamento Escolar despertava tanta resistência nos professores...”(introdução) “Pistrak (1981), um educador russo, afirma que os ‘Planos são importantes para organizar previamente um trabalho e tornam possível avaliar posteriormente o que foi realizado.(pg. 119)”
SANTOS, SRR (2004)	“Decorridos oito anos da implantação do Projeto Político e Pedagógico do Colégio Universitário, as professoras se posicionaram sobre a necessidade de a Escola ter uma Proposta Pedagógica, visto sentirem-se atrasadas nesse processo. ... era como se a Escola nunca tivesse tido uma Proposta...” (pg.160)
FAHL, (2005)	AF “No sentido etimológico, o termo projeto vem do latim projectu, participio passado do verbo projicere, que significa lançar para diante. Plano intento. Desígnio. Empresa empreendimento. Redação provisória de lei. Plano geral de edificação (ferreira, 1975 pg 1144 apud Fahl. 2005 pg 27)
CARDOSO, LD (2006)	A noção de projeto como planejamento esta implícita em toda a dissertação
MAGALHÃES, AT (2006)	* Processo: - “um processo de planejamento...” (resumo). * Etimologia: - “o termo projeto deriva do latim projectus que significa a ação de lançar para frente,” (pg. 22)
OLIVEIRA, RF (2006)	Define projeto: “lançar adiante, empreendimento” (pg.4). Segundo GUIDOTTI (1994:579, apud Oliveira. 2006:4) “projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro”. Apresenta a finalidade de um projeto: “define uma direção a ser seguida. [...] efetiva a intencionalidade da escola...” (pg.4)
PEPE, (2006)	AR Não explicita definições de projeto
PEREIRA, GE (2006)	“...a construção de um plano fundado em um conhecimento seguro, isso garantido através de uma linguagem clara e objetiva... [e]... pode realmente ser garantida se for estabelecida como um projeto do conhecimento.” (pg.115)
PORTO, RCC (2007)	Não explicita definições de projeto
SANTOS, (2007)	RB Não explicita definições de projeto
PINHEIRO, LMG (2008)	“O conhecimento, nessa sociedade, deve estar direcionado à resolução dos problemas imediatos e à adaptação do homem ao mundo. Utilidade e adaptação são, pois, os critérios de validade do conhecimento. Todas as habilidades específicas enumeradas, como podemos perceber, caracterizam-se fortemente pelo caráter prático, utilitário, explícito na utilização do verbo planejar,...” (pg.72).

COMENTÁRIOS TABELA 8

Podemos observar que os trabalhos de PEPE (2006), de SANTOS (2007) e de PORTO (2007) não explicitam dados semânticos nem conceituais sobre “projeto”.

Também verificamos que quatro teses definem projeto associado a planejar e seus derivados : plano e planejamento, porém cada trabalho tem uma intenção e um sentido para o ato planejar. A dissertação de MALVAZI (1995), escrita quando ainda estava sendo discutida a LDB promulgada em 1996, refere-se a plano ou planejamento (e não projeto). Percebe-se que na época, para os trabalhadores da educação, ainda não era recorrente o uso da expressão PPP, portanto o termo projeto é substituído por plano.

CARDOSO (2006) deixa implícita, em toda a dissertação, a noção de projeto como planejamento, desde que desenvolva relações macro e micro no processo que vai da diagnose à avaliação. Na tese de PEREIRA (2006), o projeto é definido em associação a plano, conhecimento e a dissertação de PINHEIRO (2008) demonstra que o conceito de planejar está por baixo do conceito de conhecimento útil (projeto em associação ao verbo planejar).

FAHL (2005) e MAGALHÃES (2006) apresentam definições para “projeto” em associação à etimologia e significado da palavra, OLIVEIRA (2006) também, porém esta vai além e insere a definição: “direção a ser seguida”. A tese de SANTOS (2004) é a única que indica projeto em associação à proposta.

De qualquer modo, os vocábulos projeto, plano, planejamento e proposta são utilizados para designar seja organização prévia, planificação geral, mas processual, promessas para o futuro ou caminho a ser seguido, antecipação. Pinheiro (2008) indica o aporte ideológico do ato de planejar, cujo caráter prático e utilitário ela relaciona à consecução de habilidades. Resta dizer que esta autora é crítica do neoliberalismo. Práticas neoliberais ressignificam “projeto” e constituem-no como categoria essencial ao processo na busca por resultados. Isto é válido? A educação segue este rumo? Isto deve perguntar (e responder) todos os educadores e pesquisadores.

2. O QUE É “POLÍTICO”

TABELA 9

O que é “político” e suas associações

Trabalhos Científicos	Citações referente político e suas associações
MALAVASI, MMS (1995)	Não explicita definições de política
SANTOS, (2004)	SRR “Esta capacidade de participação dos sujeitos envolvidos no processo político educacional pode... dar-se ... estabelecendo a relação entre o pedagógico e o político, reconhecendo a política como conhecimento prático voltado para a liberação da ação criativa, que imprime na consciência vestígios de um pensar e um querer próprio”. (pg.10) “Em nível político continuaremos lutando nas diversas esferas pela defesa dos interesses da instituição e das categorias que a compõe”. (pg.112).
FAHL, AF (2005)	Não explicita definições de política
CARDOSO, LD (2006)	“Para Matus (1997), o Planejamento exige a constante articulação entre três variáveis: projeto de governo refere-se ao conteúdo propositivo dos projetos de ação que um gestor se propõe realizar para alcançar seus objetivos; a capacidade de governo é uma capacidade de direção, demonstra a experiência de um gestor e sua equipe de governo e terceiro a governabilidade do sistema é uma relação entre as variáveis que o gestor controla e variáveis que o gestor não controla....As três variáveis compõem o chamado triângulo de governo”. (pg.115-6) “o papel da vontade política, o respeito às atribuições do município quanto ao provimento da Educação na divisão de responsabilidades entre os entes federados, pautados na Constituição Federal e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional,...” (pg.13)
MAGALHÃES, AT (2006)	“apreende-se que há uma indissociação entre a Lei e a política que a dá sentido ao que ocorre no cotidiano da instituição educativa. Desse modo, somente perante o comprometimento do coletivo é que ambas, Lei e política, podem se constituir como o ponto de partida da autonomia.” (pg.12)
OLIVEIRA,RF (2006)	“o vocábulo político vem do grego politikós,ê,ón que se reporta a o que ou a aquilo que é relativo ao cidadão” (pg.14)
PEPE, AR (2006)	Não explicita definições de político.
PEREIRA, GE (2006)	“...através de um recurso metodológico que se dará toda a fundamentação para uma lógica argumentativa dos postulados para o surgimento do estado e por consequência do poder, Locke define o poder político como o direito de fazer leis com pena de morte e com todas as penalidades menores para regular e preservar a propriedade” (PEREIRA,2006:13)
PORTO, (2007)	RCC “A palavra política tem sido freqüentemente tratada desde a obra de Aristóteles, “A Política”, em associação com questões de Estado e formas de governo. Muitas são as apropriações do termo, porém é importante reter, para os objetivos desta tese, que política passa aqui a designar um campo dedicado ao estudo da esfera da atividade humana articulada ao Estado, como nos sugere Shiroma (2004, p.7).” (pg.65).
SANTOS, (2007)	RB “a formação de sujeitos históricos, com consciência e prática político-revolucionária. Então, as forças políticas jogam com várias estratégias para modelar a massa popular (no caso, sem terra e assentados do MST)...” (pg. 10)
PINHEIRO, LMG (2008)	“Politizar a Odontologia é ir além do encontro subjetivo, de sua prática utilitária e técnica, é perceber-se e perceber o outro como sujeitos sociais, produtos e produtores de relações sociais, das classes e seus interesses econômicos e políticos, associados à produção e ao consumo dos serviços odontológicos ... um ato odontológico é fenômeno social (econômico, ideológico e político) no qual as atividades técnico-científicas se desenvolvem,... (IYDA, 1998:137).”

COMENTÁRIOS TABELA 9

Na **tabela 8**, verificamos uma maior uniformidade na definição, pois o termo projeto é mais concreto que o termo político, já que sua definição também determina a ação política do sujeito envolvido no discurso. Na **tabela 9**, surgiram diferentes definições.

MALAVAZI (1995), em sua dissertação, não separa a perspectiva política do PPP, deixando entre as linhas do seu pensamento que “político” é um modo de condução da escola, que caminha politicamente segundo as percepções que os trabalhadores da educação têm sobre a educação, portanto não deixando clara a sua própria definição. FAHL (2005) e PEPE (2006) não definem política, mas no texto de Fahl, o conceito está implícito nas ações políticas descritas nos contextos históricos que investiga.

MAGALHÃES (2006) define política em associação a Lei; PEREIRA (2006) também utiliza o termo “Lei”, porém recortando política em associação a poder de fazer leis. OLIVEIRA (2006) restringe a definição de política em associação à etimologia da palavra.

SANTOS (2007) diz que há na política uma linguagem própria e difícil para ser entendida pelos educadores progressistas (cf p. 34), trazendo como definição, política em associação à finalidade, estratégia, o que resultaria em forças políticas.

CARDOSO (2006) utiliza diversas definições. Uma delas é política em associação a dado operacional da esfera político-governamental, outra é política em associação à vontade política.

SANTOS (2004), quando fala da interface das estratégias e ações do MEC com os Colégios de Aplicação, mostra a prática política (ou a política na prática) já na fase de implantação do Projeto Político Pedagógico. Esta política era a da inserção da estrutura universitária nas Escolas de Aplicação, a inserção das Escolas de Aplicação nas políticas de ensino, pesquisa e extensão das Instituições no país.

PORTO (2006) define política em associação a questões de Estado. A dissertação de PINHEIRO (2007) aponta política em associação a politizar.

Percebi que os pensamentos destes pesquisadores, atrelados uns aos outros, conceituam o que é complexo: política como modo de condução de pessoas ou de um grupo, que expressa percepções (algum teórico dirá: ideologia), seja como expressão de poder legislativo ou executivo, seja como expressão de força (que não deixa de ser 'poder'), não deixam de indicar que política é a expressão de uma vontade que se mostra na prática, pois não há política só no papel, seja na esfera governamental (Estado), seja de um gestor ou professor ou aluno ou pais ou comunidade. Há políticas de inserção; há políticas de exclusão, há políticas que politizam.

Modo de conduzir o trabalho pedagógico, pleno de intenção e expressão da moldagem educacional. Será isso? Não vi nos meus objetos de estudo quem questionasse se o projeto de uma escola é político ou se deve ser político. Lembro-me de uma frase que dizia (desculpem-me se há plágio, por que ouvi essa frase de pessoa não acadêmica) e a frase era a seguinte: "tudo é político, todas as pessoas são políticas, quer saibam disso ou não". O que isso quer dizer? O que isso significa para a educação e para a ciência, nos dias de hoje, em que o coletivo e o social são focos gerados pela globalização? Algum pesquisador que me ler tomará esta questão para sua pesquisa e poderá dar resposta.

3. O QUE É “PEDAGÓGICO”?

TABELA 10

O que é “pedagógico” e suas associações

Trabalhos Científicos	Citações referente pedagógico e suas associações
MALAVASI, MMS (1995)	“...programa de ensino, do currículo, da metodologia adotada do processo de avaliação, da disciplina adotada, da didática de ensino e de outras decisões que compõem o cotidiano escolar.” (introdução)
SANTOS, SRR (2004)	“Foi o colégio Universitário concebido pelo projeto de reestruturação em conformidade com o referencial teórico do funcionalismo sistêmico, colocando a educação como um subsistema do sistema social”. (SILVA, 1987:85, apud SANTOS, 2004: 82).
FAHL, (2005)	AF Enfatiza, em todo o texto, pedagógico em associação à evolução histórica
CARDOSO, LD (2006)	“...fator estratégico de desenvolvimento econômico e social sustentável, a partir de um projeto de nação soberana, exige a necessidade de (projeto de) universalização da educação, da intensificação da construção do conhecimento humano e da produção e difusão da cultura aos milhares e milhares de brasileiros.” (pg.22)
MAGALHÃES, AT (2006)	“o termo pedagógico provem do grego paidagógikós,ê,ón que alude a o que ou a aquilo que é relativo ou próprio da pedagogia” (pg. 14)
OLIVEIRA,RF (2006)	“que define as ações educativas e as características da escola para que cumpra seu propósito e sua intencionalidade”....“a escola deve ter ‘princípios pedagógicos’ ” (pg.5).
PEPE, (2006)	AR Não explicita definições de pedagógico.
PEREIRA, GE (2006)	“Em Locke o conhecimento baseia-se nas idéias, é uma atividade do entendimento e não um conceito exterior a este, diz respeito ao elo ou relação entre idéias, consideradas como objetos do entendimento. Esta definição é polêmica, pois se opõe à doutrina escolástica do conhecimento, também complexa, pois estabelece ao mesmo tempo a natureza do conhecimento e seus limites.” (pg.106)
PORTO, RCC (2007)	“pedagógico é muito mais do que uma simples adequação de disciplinas ao fluxograma, de ofertas, etc” . (pg.78)
SANTOS, RB (2007)	“pode contribuir para a transformação da sociedade, ..., (para sujeitos) atuarem como sujeitos autônomos e críticos, ligados aos objetivos construídos pelo Movimento.” (pg.90)
PINHEIRO, LMG (2008)	“Com a substituição do padrão produtivo, a exigência de um novo tipo de trabalhador nos permite compreender as características desta nova pedagogia que formará o trabalhador segundo as novas demandas da sociedade capitalista do século XXI.” (pg.60)

COMENTÁRIOS TABELA 10

MALAVAZI (1995) indica pedagógico em associação ao que compõem um programa de ensino e SANTOS (2004) em associação ao referencial teórico, enquanto PORTO (2007) associa ao que não deve ser pedagógico, ou seja, que pedagógico vai além do que compõem um programa de ensino e um referencial teórico.

PEPE (2006) não define claramente o que é pedagógico e MAGALHÃES (2006) faz associação à etimologia. Os dois trabalhos mantiveram seu padrão no texto ao apresentar os três termos visto nas tabelas anteriores, ou seja, o primeiro, não explicitou uma definição para os três termos (projeto, político, pedagógico) e Magalhães fez associação etimológica para os três vocábulos.

PEREIRA (2006) define pedagógico em associação à Locke, e como Locke se baseia em idéias, pedagógico é considerado como a relação entre idéias. OLIVEIRA (2006) apresentou pedagógico em associação a princípios, ao que define as ações educacionais (perceba: ações). CARDOSO (2006) define pedagógico em associação à universalização da Educação através de estratégias. Assim, os diálogos desses autores indicam pedagógico como:

idéias → estratégias → ações.

Idéias que levam à formulação de estratégias que definem ações e práticas educacionais.

Para PINHEIRO (2008) o pedagógico é associado à formação segundo as demandas, enquanto que FAHL (2005) enfatiza pedagógico em associação à evolução histórica do conceito relativo ao plano pedagógico de cada época (da colonial à Republicana) e SANTOS (2007) associa à ideologia, instrumento para transformação. Esses três autores, apesar de definições diferentes, levam à construção de uma linha, ou seja:

formar → transformar → evoluir

Como se um estivesse indissociável ao outro.

Portanto, os conceitos apresentados sobre “pedagógico” esbarram intertextualmente nos aspectos individuais, sociais, educacionais, historicamente debatidos. Bem que o pesquisador poderia debruçar-se sobre essas nuances e clarear – de preferência usando o método do estado do conhecimento – o que já disseram sobre o que é pedagogia. Porque pode ser que ainda haja quem não tenha muita clareza, mesmo entre os pedagogos e educadores.

4. JUNTANDO TUDO – PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – O QUE DÁ?

TABELA 11

O que é “PPP” e suas associações

Trabalhos Científicos	Citações referente PPP e suas associações
MALAVASI, MMS (1995)	“na verdade, um grande “Acordo Coletivo” que se faz no interior da escola. ... Evidentemente para nós o objetivo do PPP é mais amplo... Para um PPP se efetivar é importante que existam algumas categorias compondo a organização do trabalho pedagógico no interior da escola.” (pg. 119)
SANTOS, SRR (2004)	“A idéia que atravessa este projeto é que, com uma série de estratégias do tipo participativo, que traduzem no cotidiano escolar o conceito de qualidade, a instituição educacional muda, e suas práticas se transformam. Trata-se do que se poderia chamar de otimismo contagioso na função redentora da qualidade”. (pg.79)
FAHL, AF (2005)	“a própria organização do trabalho pedagógico de toda a escola”(p.xi) e “ é entendido como a própria organização do trabalho da escola como um todo” (p.26). Ela entende que o PPP é “o documento no qual contém todas as intenções da escola”. (pg.27)
CARDOSO, LD (2006)	“O PPP pretende empreender uma metamorfose na Educação no Município, construindo uma nova identidade para a Rede Municipal de Ensino, em diálogo com a identidade da cidade, resgatando sua história e apontando para uma sociedade mais justa e igualitária, enfim, mais humana!” (pg. 72)
MAGALHÃES, AT (2006)	“... um documento que deve traduzir as intenções de ação futuras, próximas e longínquas da instituição educativa, tendo em vista a formação do cidadão para atuar em um determinado tipo de sociedade.” (pg.14) “... o PPP não se resume a um documento de dimensão pedagógica, nem a um conjunto isolado de planos, projetos e planejamentos pedagógicos a serem desenvolvidos na instituição ao longo do ano, mas sim reflete a realidade da instituição, considerando-se o contexto local e nacional em que ela está inserida, a sua história, os seus valores e seus princípios e os conhecimentos que almeja para a formação do cidadão.” (pg.36)
OLIVEIRA,RF (2006)	“instrumento de políticas públicas embasadas no discurso do planejamento estratégico-empresarial”(pg.6). “considerar o coletivo da escola na construção do PPP, além de mostrar a intencionalidade pedagógica, cultural, profissional e também, construir um modelo de gestão que possamos chamar de democrático” (pg.11)
PEPE, AR (2006)	“O PPP é a própria ação escolar com intencionalidade, fundamentada nos princípios filosóficos, epistemológicos e pedagógicos, ele é um instrumento tanto para o bom desenvolvimento dentro dos objetivos da qualidade total...”(pg.01)
PEREIRA, GE (2006)	“Quando pensamos em um sistema ou estrutura de sociedade, a educação torna-se fundamental, portanto, é um pensamento de projeto e de conjunto, sendo assim, um sistema filosófico educativo ou uma pedagogia para a modernidade.” (pg.137)
PORTO, RCC (2007)	Sintetiza os desejos e as propostas dos educadores que trabalham na escola.” (pg.78) O PPP deve ser entendido como “um conjunto de ações, sóciopolíticos e técnico-pedagógicas,...” (pg. 140)
SANTOS, RB (2007)	Para os privatistas o PPP é “um instrumento de controle atrelado a uma multiplicidade de mecanismos operacionais e estratégias que emanam de altos centros de decisão. ... o PPP inovador articula-se com a produção humana, repensa o poder...” (pg. 5). “constitui um instrumento, uma espécie de pacto entre o órgão público e o órgão gestor da rede que define compromissos e responsabilidades recíprocas”. (pg. 171)
PINHEIRO, LMG (2008)	“...a negação do caráter político, inevitavelmente presente em toda ação pedagógica intencional, confere aos textos um sentido ideológico, de ocultação dos significados políticos implícitos nos objetivos e nos valores previamente definidos para essa formação.” (PINHEIRO, 2008, p. 114)

COMENTÁRIOS TABELA 11

Para FAHL (2005), o PPP em associação a organização é documento que contém intenções; também encontramos PPP em associação a documento em MAGALHÃES (2006), porém no segundo, vai além das intenções para a realidade, ou seja, um planejamento institucional com contexto, valores e práticas de cidadania.

PEPE (2006) segue com a definição de intencionalidade, defendendo o PPP como um instrumento que tem intenções fundamentadas em princípios sendo assim a própria ação escolar. PORTO (2007), também utiliza a definição de ação, sendo o PPP em associação a um conjunto de ações. Já para OLIVEIRA (2006), o PPP em associação a instrumento vai além da intencionalidade para ser um modelo.

Ainda definindo como instrumento, temos SANTOS (2007) que diz que PPP é um instrumento que define compromissos e responsabilidades. Depois seguem diversas definições como a de MALVAZI (1995), PPP em associação a plano, coletivo de organização do trabalho pedagógico.

Para SANTOS (2004), o PPP em associação estratégia de re-construção (transformadora) institucional. No trabalho de CARDOSO (2006), o PPP em associação ao objetivo da construção de identidade.

Já PEREIRA (2006), associa PPP à premissa de Locke, ou seja, entre o político e a educação e sobre o fundamento da pedagogia lockeana (a fundamentação moral e social). Para finalizar temos a definição de PINHEIRO (2008), PPP em associação a política como diretiva técnica da pedagogia.

O que temos? Temos que PPP é documento, plano, diretiva. É intencional. Considera (ou deve considerar) contextos, valores e práticas de cidadania. Expressão coletiva de ações baseadas em princípios. É documento que exprime compromisso e responsabilidades. Plano coletivo, construção de uma identidade. Diretiva técnica da pedagogia.

Ora, se for documento, tem de se questionar o que é documento, pois na prática documentos são arquivados. Documento que expressa compromissos? Compromissos cartoriais são assinalados em documentos. A educação é cartorial? Se é plano, se considera contextos e valores é expressão única de uma dada coletividade e será diferente da expressão de outra coletividade (leia: escola). Qual o norte? É diretiva? Em que sentido? É todos devem ter a mesma diretiva? ou é diretiva construída pela escola? Por quem? Se é plano coletivo, porque a individualidade é também almejada (soma de individualidades? Como?). PPP é diretiva técnica? Técnica?

A mim, me parece que os conceitos sobre PPP ainda não estão bem explicados. Que ele é preciso, disso não tenho dúvida. Mas que ainda não ressignifica as expressões globais, isso não ressignifica. Entrar no teor desta pesquisa é preciso.

Porque há de se constituir indivíduo para constituir coletivo. Que aspectos estão sendo privilegiados? O Coletivo, já que o individual fica no plano do discurso. Ou é o contrário? Não senti clareza.

5. FINALIDADE DO PPP

TABELA 12

Finalidades do PPP e suas associações

Trabalhos Científicos	Finalidades do PPP e suas associações
MALAVASI, MMS (1995)	Indica que o PPP tem, entre outras, a finalidade de reiterar a divisão de classes ou para lutar pela transformação social. E baseada em Pistrak, Malavasi aponta outras finalidades: organizador curricular (p. 219-221); garantir unidade metodológica (p.221-2); e auto-organização dos alunos (p.222-4); fundar trabalho coletivo (p.224-9).
SANTOS, SRR (2004)	Explica que a finalidade do PPP para a Escola de Aplicação seria projetar a pedagogia que leva a "aprender a ser" para atingir a Escola de Qualidade Total. O PPP visava, portanto, a reestruturação do Colégio, partindo do "viés teórico do humanismo-tecnologia", de acordo com o que afirma Edgar Faure, para esse autor, "toda ação educativa se dirige à tecnologia..." (cf pg. 28). Portanto, a reestruturação tinha como finalidades a realização do homem, tarefas práticas e concretas, maior garantia de eficácia, ação global.
FAHL, AF (2005)	Serve para: levar a cumprir missão "expressão dos valores coletivos assumidos" (p.27); para proporcionar "alternativas para mudança" (p.45); para "contemplar as prioridades elencadas pela equipe escolar e comunidade..." (p. 27); para servir como instrumento de luta e democratização do acesso à cultura.
CARDOSO, LD (2006)	"... que serve também para planejar toda a ação política e pedagógica." (pg. 91)
MAGALHÃES, AT (2006)	"possibilita a instituição refletir sobre o que está por detrás do trabalho pedagógico que ela preconiza: as finalidades, os objetivos, os valores, os princípios e os pressupostos teóricos que subsidiam a sua prática pedagógica." (pg. 37)
OLIVEIRA, RF (2006)	"de luta, como uma forma de se mostrar contra a fragmentação do trabalho pedagógico e o poder centralizador da administração central" (pg. 26) "O propósito de todos estes documentos é o mesmo: delinear as intenções da escola, assumindo seus valores, objetivos, metas, princípios nos quais a instituição acredita". (pg.48) também assinala que o PPP é o grande organizador da Organização de uma escola e do seu Planejamento.
PEPE, AR (2006)	"A principal finalidade do PPP desta escola 'está na prioridade da construção do conhecimento através da interação das situações problematizantes, a fim de tornar o indivíduo crítico, autônomo, participativo e capaz de exercer a cidadania' (Plano de gestão, p. 6 apud Pepe, 2006:19).
PEREIRA, GE (2006)	Este pesquisador não conceitua nem mostra finalidades do PPP como uma categoria isolada. Sua tese mostra que o PPP lockeano tem intenção política clara. Locke trata do desenvolvimento do indivíduo assim como da sociedade enquanto estrutura fundamental da vida organizada, o que demonstra o tratamento de relações macro e micro do seu projeto, com a finalidade mesma de transformar o estado da política, da justiça, da sociedade, da educação, do indivíduo da época.
PORTO, RCC (2007)	"A legislação prevê a organização dos componentes curriculares em função do objeto de estudo e deve ter como referência a articulação entre teoria e prática..." (pg. 142) "Na perspectiva da transformação, consideramos que o projeto político-pedagógico não pode ser entendido como um mero instrumento burocrático de modismo que é obrigatório pela LDB 9.394/96..." (pg. 201)
SANTOS, RB (2007)	"unir teoria/prática e construir currículo e dar qualidade ao ensino... vincular lógicas empresarial e emancipadora" (pg. 6) "luta pelo alargamento da democracia... fortalecer um projeto maior... formar cidadão" (pg. 10)
PINHEIRO, LMG (2008)	Finalidade em associação a propósito do projeto. "o termo político-pedagógico por considerar que ele explicita de forma mais clara o propósito do projeto, e evita leituras que considerem possível a realização de uma ação pedagógica neutra ou apolítica." (pg.193).

COMENTÁRIOS TABELA 12

Observando a tabela podemos reunir as finalidades em alguns grupos:

- Instrumento de Luta, citado por MALAVAZI (1995), FAHL (2005) e OLIVEIRA (2006);
- Delimitação de intenções, citado por OLIVEIRA (2006), PEREIRA (2006) e PINHEIRO (2008);
- Instrumento organizador, citado por MALAVAZI (1995), OLIVEIRA (2006) e PORTO (2007);
- Instrumento de formação, citado por SANTOS (2004), PEPE (2006) e SANTOS (2007)
- Instrumento de planejamento citado por CARDOSO (2006)
- Instrumento de reflexão citado por MAGALHÃES (2006)

Agrupamos, portanto seis categorias de finalidades bem definidas, porém podemos verificar que alguns autores utilizam mais de uma categoria para definir a finalidade do PPP.

Malavasi (1995), além de citar como um instrumento de luta para transformação social, também inclui na definição que é um instrumento organizador curricular e de unidade metodológica. Oliveira (2006) também partilha das mesmas categorias que Malavasi, além de inserir a categoria de delimitar intenções, tanto para luta, como para ser um organizador de organização. Fahl (2005) compartilha da categoria de instrumento de luta e Porto (2007) da de instrumento organizador curricular.

Pereira (2006), com base lockeana, aponta a categoria de instrumento de intenções. Já Pinheiro (2008) demonstra as intenções do PPP como sendo claras e referentes aos propósitos do projeto. E Cardoso (2006) e Magalhães (2006) alinham o seguinte: o primeiro diz ser o PPP um instrumento de planejamento e o segundo um instrumento de reflexão.

Segundo algumas pesquisas, serve o PPP como meio de luta e parece-me que esta é uma finalidade aceitável, mas questionável. Se um projeto pedagógico tiver prioritariamente o objetivo de lutar, então a educação fica em segundo plano. O inverso é mais aceitável: se a educação tiver qualidade, por si já transforma muita coisa. É claro que a luta existe quando um sistema é dominador. Mas também é evidente que os educadores têm nas mãos o poder de “avaliar” o como e o quanto educa. Não há utopias: a educação não resolve sozinha um problema sociopolítico, mas influi.

Segundo outras pesquisas, o PPP serve para delimitar intenções e organizar o trabalho pedagógico. Por isso, as intenções têm de ser claras, objetivas e científicas. É preciso alguma dose de intuição e visão global dos contextos e sugestões para busca de soluções. Que bom que o PPP tem a finalidade de organizar o trabalho pedagógico, pois organização é importante. É preciso, porém, lembrar que o trabalho pedagógico não é finito, nem pronto e acabado. Em sendo processual, é bom rever, periodicamente, como anda a organização, as estratégias, as ações, etc.

Outros autores indicam o PPP com a finalidade de formar, planejar, refletir. Ora, todo processo de projetar tem essas finalidades. Até mesmo o projeto de um navio considera o passo-a-passo do processo e reflete sobre isso. Que dirá então de um projeto educacional? A reflexão e o índice de formação dos profissionais que elaboram o PPP consideram reflexões em torno de quem se quer formar, como e porque se forma? Uma sociedade reflexiva é tão necessária quanto formativa? Entretanto, o que leva à transformação são as ações decorrentes das reflexões e estudos e pesquisas. Menos que isso, é parar no discurso.

6. LIMITES DO PPP

TABELA 13

Limites do PPP e suas associações

Trabalhos Científicos	Limites do PPP e suas associações
ALAVASI, MS (1995)	"Uma vez dentro da escola e sendo elementos na construção do PPP eles têm algumas percepções que, no decorrer da pesquisa, puderam ser manifestadas como por exemplo, a distância existente entre eles e a direção da escola, mas sentem a participação e o auxílio dos funcionários e da equipe de apoio pedagógico. Apontam, também, a falta de participação dos pais, ainda que não tenham segurança absoluta...Todas as experiências realizadas, através da imposição das idéias foram decepcionantes. Salvo raros casos em que o grupo realmente se convenceu da necessidade e certeza da introdução ou da mudança através de sugestões "superiores", houve êxito."(pg.207) "Outro limite ocorre com a falta de investimento no educador ao longo dos anos, investimento esse que não se dá nem no interior da própria escola nem na sociedade de forma geral"(pg. 225)
SANTOS, SRR (2004)	"dois longos regimes ditatoriais prolongados (varguismo e militarismo), que deixaram pouco tempo para maturar experiências..., as péssimas condições de trabalho aceleram a rotatividade dos educadores..., os processos curtos e truncados de formação intelectual, a substituição dos diretores." (pg. 154)
FAHL, AF (2005)	"caráter flexível" (pg. 27); "presença sutil dos princípios do PPP regulador nos PPPs emancipatórios... que... torna o conhecimento como algo acabado e sem significado" (pg.45). postura autoritária do gestor, horários compatíveis com o horário dos pais, falta de engajamento entre professores, corporativismo, informação inadequada, falta de interesse em realizar o PPP, falta de conhecimento dos pais sobre educação, entre outros fatores. (pg.50).
CARDOSO, LD (2006)	"A concepção e os mecanismos de aplicação dos recursos destinados à educação contribuem para elucidar as formas de abandono, omissão, renúncia ou concessão que definem o Estado desertor". (AGUILAR, 2000, citado por CARDOSO, 2006:50) 1. "Lester et alii (1987, apud CARDOSO, 2006:32) apontam os persistentes problemas nesses estudos: 1) O pluralismo teórico,...". 2. O contexto restrito das pesquisas, nas quais predominam os estudos de cãs, as micro-abordagens,... 3) A falta de acúmulo de conhecimento..." 3. "... é insuficiente o número de pesquisas especializadas sobre as formas, padrões e estilos presentes na implementação de Políticas Públicas." (pg.33). 4. "Torna-se cada vez mais relevante a importância de pesquisas nesse campo do conhecimento, dado que possibilitam detectar obstáculos da implementação das políticas, corrigir rumos, fornecer subsídios aos implementadores, enfim, permitem otimizar recursos, redefinir prioridades, buscar maior eficácia e efetividade dos programas públicos, maximizando os resultados" (COHEN, 1993, apud CARDOSO, 2006:35).
MAGALHÃES, AT (2006)	Aventa-se para a vigência da discrepância parcial entre a fala das educadoras e o documento escrito... Em outros termos, acredita-se que os conhecimentos compartilhados nos momentos de discussão do projeto político-pedagógico não sejam suficientes para as professoras fazerem a transposição para o ato da elaboração do projeto político-pedagógico." (pg. 40) O entendimento restrito do projeto político-pedagógico acarreta a dificuldade de visualização da real importância que este documento representa para a instituição educativa. Ele acaba sendo visto como [...] um papel burocrático [...] exigido pela prefeitura, [...] necessário, mas uma coisa burocrática que fica arquivada." (pg. 37)
OLIVEIRA, RF (2006)	Não explicita limites do PPP
PEPE, AR (2006)	"Esse pouco conhecimento político e administrativo dos professores, de como a escola funciona que iria além das funções pedagógicas, pode denunciar a pouca integração a questão da educação e até mesmo de suas funções (deveres e direitos) como docente."

CONTINUAÇÃO TABELA 13

Trabalhos Científicos	Limites do PPP e suas associações
PEREIRA, GE (2006)	<p>“Locke se refere à existência da necessidade de educar como ponto crucial na sociedade. É preciso distinguir os tipos de educação, pois posso ter a idéia errada de um projeto de educação ou até mesmo a falta de convicção do que seja. No entanto, para Locke não é permitida a dúvida sobre estas questões, senão nossos projetos perdem o sentido. Se algo dessa idéia não estão em nossas mentes, perdemos a nossa certeza e a partir disso alguma que pensamos não corresponde a nossa idéia, isso é algo que nos coloca como inimigos da formação das nossas próprias crianças. Este erro é possível se a pessoa não tem a convicção da necessidade de compreender o problema moral, portanto, é um exame de consciência e reflexão.” (pg. 143)</p>
PORTO, RCC (2007)	<p>“para atender aos princípios de uma gestão democrática, torna-se necessário superar as várias barreiras da burocracia, desmistificar os projetos mirabolantes propostos em função do mercado e compreender os conflitos que lhes são inerentes.” (pg. 133) “emergiam formas de resistência, que expressavam, em alguns casos, medos da mudança.” (pg. 134) “Esta avaliação crítica feita por um dos gestores da instituição demonstra que o processo de mudança é lento e que requer também a transformação nas práticas diárias do movimento e da instituição, resultante dos confrontos e das formas de resistência adotadas para superação dos impasses. (pg. 137-8) “Conforme relatam os professores, as experiências anteriores marcadas pelos modelos educacionais impostos no período da ditadura militar, sem alternativas para mudança dos seus currículos, geraram acomodações difíceis de serem transformadas pela nova proposta pedagógica.” (pg. 139) “O projeto pedagógico não é definitivo, é circunstancial e não pode ser feito evidentemente para um semestre ou para um ano, ele não pode, inclusive ser pensado em termos de seu prazo de validade. Todos devem saber que ele tem um prazo de validade, que vai ser reformado, vai ser adaptado; então, a avaliação inclusive serve para dizer o momento em que um projeto pedagógico se torna obsoleto.” (pg. 139) “Acho que eu considero que o entrave maior para fechar o novo PPP do curso de Pedagogia, primeiro, foi fechar as concepções teóricas sobre a pedagogia, sobre o que é ser pedagogo. Quando nós conseguimos fechar entre os professores, aí vem o entrave das diretrizes que não eram aprovadas e, nesse momento final, quando as diretrizes foram aprovadas, o problema está sendo a respeito dos questionamentos em relação ao processo de participação, porque nesse, finalmente, realmente, os alunos não tiveram uma participação como outros tiveram quando ele começou.” (pg. 171)</p>
SANTOS, RB (2007)	<p>Não explicita limites do PPP</p>
PINHEIRO, LMG (2008)	<p>“... Péret e Lima (2003), Segundo elas, a pesquisa pedagógica, que contribui para a reflexão crítica e reflexiva do professor, praticamente inexistente na Odontologia. Concluíram, portanto, que a mercantilização da pesquisa influencia a formação do professor de Odontologia, reforçando o modelo tradicional, com ênfase no tecnicismo e no interesse privado, distanciando-se do campo social.” (pg. 116) “Nenhum dos cursos analisados em nossa pesquisa oferecia mais que 7 créditos às Ciências Humanas e Sociais, embora todos os projetos enfatizem a necessidade de que o aluno tenha uma formação humanística e social sólida, capaz de auxiliá-lo na compreensão da realidade em que irá atuar, e da importância de seu papel como profissional da saúde.” (pg.116) “Concluimos, portanto, que esta concepção, ao transmitir esse quadro de valores que legitima o atual estágio de desenvolvimento capitalista, caracterizado pela ampliação das desigualdades sociais, tende à formação de um indivíduo passivo, incapaz de se opor a essa realidade.” (pg. 122)</p>

COMENTÁRIOS TABELA 13

Na **tabela 13** podemos observar que dois autores não deixam claro os limites do PPP, enquanto os demais fazem os explicitam. Malavasi (1995) enfatiza a distância entre professores e a direção escolar; falta de participação dos pais; imposição de idéias e falta de investimento.

Santos (2004) ressalta: condições ruins de trabalho; rotatividade de educadores e formação inadequada, enquanto Fahl (2005) aponta para: autoritarismo; falta engajamento e de informação. Cardoso (2006) lista: 1. pluralismo teórico; 2. restrição das pesquisas e 3. poucas pesquisas sobre implementação de políticas públicas.

Magalhães(2006) expõe: discrepância entre fala dos professores e do documento escrito; já Pepe (2006) salienta: pouco conhecimento político e pouca integração entre os profissionais da educação. Pereira (2006) continua se baseando coerentemente em Locke e afirma que o principal limite do PPP são as dúvidas sobre educação, valores e convicções.

Para Porto (2007) os limites são vários: a burocracia; a mistificação do projeto; os conflitos; o medo da mudança; a mudança lenta; o fato que a não avaliação e posterior reformulação torna o PPP obsoleto e para Pinheiro (2008) são limitantes a inexistência de reflexão crítica e a formação de indivíduos passivos, incapazes de se oporem à realidade que os rodeiam.

No geral, percebemos que os pesquisadores apontam para várias direções diferentes, quando se fala de limites do PPP. Isso pode ser pelo fato que o PPP não pode ser dissociado do contexto histórico-social em que é constituído, portanto cada PPP tem sua identidade, sua particularidade e portanto seus diferentes limites.

Alguns limites citados podem vir a ser generalizados, pois estão diretamente ligados à natureza humana, como por exemplo, o medo da mudança, do poder, da submissão. Está claro que fatores limitantes afloram a nível macro e

micro. Explico: os limites concretos vão desde o modo de perceber as políticas educacionais oficiais até o modo de entender o que é PPP.

Nesse trajeto – entre o que vem de fora (fatores exteriores, como documentos oficiais) e o que está dentro da escola (fatores internos, que vão desde as posturas dos gestores e outros pares dos professores, além da conjuntura e estrutura escolar) – percebi o próprio saber-perceber dos profissionais da educação como elemento que pode ser limitante à implementação do PPP. Sem contar que, não raras vezes, o PPP gera fetiche.

Parece estar distante do profissional da educação, parece algo muito novo, chique e de difícil realização! No entanto, além dos fatores limitantes externos e internos e de todos os medos, percebi (já o disse e agora repito) que a falta de conhecimento científico e a falta de prática para fazer PPP são verdadeiramente limitantes.

O conhecimento científico pode anular medos e inseguranças, e pode ser o suporte construtor de relações maduras entre os pares, durante a discussão, escrita e implementação do PPP. Foi o que percebi entre as linhas das pesquisas analisadas. E a sugestão é: como superar os fatores limitantes do PPP? Sim, uma pesquisa específica sobre limites, que andam desde a conjuntura e estrutura educacional, até os aspectos psicologizantes coletivos e individuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pesquisador lê os autores – lê o seu referencial –, imerge profundamente nesse referencial e, em seguida, consegue sair desse referencial, produzir o texto que é seu, que é próprio, onde ele se coloca por inteiro. (...) Nesse processo, a construção do conhecimento se faz na sua totalidade, na sua proposta mais plena, na sua interdisciplinaridade.” (FAZENDA, 1992, p.129, apud BREJO, 2007, p. 121)

Agora explico como eu entendo as muitas vertentes, recortes e confusões conceituais sobre o PPP. A civilização grega privilegiava o coletivo, feito, sem dúvida, da soma dos indivíduos formados (educados) espiritualmente, mentalmente, intelectualmente, esteticamente e fisicamente, para que fortalecessem o coletivo. Salvo engano, a individualidade era minimizada já nos povos primitivos.

O tempo andou, várias idades históricas passaram até que, modernamente, a psicanálise orientou para o interno do indivíduo. Um século depois de as sociedades maximizarem o individualismo, vieram os conceitos neoliberais globais amplamente captados e disseminados politicamente, indicando o coletivo fragmentado pelo indivíduo.

Como é difícil para a humanidade a passagem de uma visão de mundo para outra, ainda mais quando as leis ajudam a confundir!

Acredito que esteja acontecendo mais ou menos isto: como organizar conceitos de roupagem nova, a não ser pela investigação, mesmo que esta aponte para algumas confusões? Tem que se investigar até saturar hipóteses, até que se desvende o significativo. Se não, porque é que chegam a apontar o PPP como instrumento de luta se não houvesse insatisfação e contradições com as concepções pedagógicas? Desde quando a política faz parte de um projeto pedagógico? Por que faz parte?

Ora, há quem diga que arte é arte, educação é educação, política é política, escola é escola, empresa é empresa. É claro que cada coisa tem a sua especificidade. Mas na Arte existe só o belo? Apesar de fortes argumentações que defendem esta concepção, hoje não há mais espaço para discussões levianas ou infundadas sobre essa questão. Hoje, com o predomínio do coletivo, ao indivíduo cabe a parte que lhe cabe, e à educação cabe promover o conhecimento e levar à reflexões (pela pesquisa, pode ser) que clareiem as questões. Que planejar diagnoses, objetivos, metas, currículos, estratégias, avaliações, é importante, não há dúvidas. Mas será que a política abraça todos os outros vieses ideológicos da vida?

Historicamente há provas de que os governantes exercem poderes (políticos) de manipulação das massas governadas e determinam o tipo e a vida de cidadãos. Eis uma questão que me preocupa e certamente preocupa os pesquisadores educacionais.

A indignação de muitos dos pesquisadores estudados neste trabalho passa também por este viés que é complexo, porque está relacionado com outras questões ideológicas e dialéticas: sociais, econômicas, artísticas, religiosas, educacionais e, bem ditas ou mal ditas, elas serão clareadas pelas pesquisas.

Este é só um trabalho feito por uma jovem pesquisadora para obtenção do Bacharelado em Educação, mas espero que o estado do conhecimento que mostrei possa ajudar não só a evitar que continuem repetindo o já dito, mas também possa indicar brechas para clarear as concepções de PPP.

Notamos neste trabalho que as pesquisas revelam acentuada concepção de PPP emancipatório e, portanto, rejeitam explícita ou ocultamente a ideologia neoliberal que atravessa a educação brasileira. Outro aspecto, referente ao tipo de pesquisa qualitativa, crítica, holística, revela – a meu ver – a tentativa de abrir-se para a possibilidade de intervir na educação pela reflexão crítica.

Os tópicos do PPP que foram objetos de estudo, como construção de PPP, gestão colegiada, limites de implementação, política educacional, planejamento estratégico, releitura de PPP (de Locke), enfrentamento das

políticas de formação, PPP em movimento social, PPP e diretrizes curriculares, PPP em escola, tudo revela tratamentos profundos dados ao tema, porventura a serem completados.

Por isso, tem que ser dito que a utilidade destas pesquisas é inquestionável. Útil para que? Primeiro para que outros pesquisadores retirem delas o que nelas tem de profundo. Segundo, para que continuem a buscar aspectos não completos.

E baseada em que afirmo que tem de completar? Ao lê-las, senti que as iniciativas são isoladas, que todos repetem um pouco o que outros disseram. Parece-me que este é também reflexo de política de pesquisa universitária, que na Unicamp, não contempla linha de pesquisa específica para PPP. Há emergência para outras linhas de pesquisa ou propostas de pesquisa coletiva sobre PPP. A FE da Unicamp tem dinâmica própria de pesquisa – doutorado preocupa-se com temática. Apesar de pequeno o número de pesquisa específica sobre PPP, o n° triplicou, sendo que as primeiras teses abordavam de modo mais geral o PPP e preocupação com a linguagem do PPP, de origem neoliberal.

Verifiquei que há poucos estudos compilatórios, diria classificatórios. Mas todos explicam o processo de investigação e tem o mérito de preocupar-se com a melhoria do ensino e com a transformação social. E não sei bem se são limites, mas eu vejo assim: são pouco explorados o tecnicismo (como constrói, que é diferente de impor manual de construção), axiologia (fins e valores) e a natureza das concepções.

Assim, as lacunas mais pontuais que apresentei nestas considerações finais, podem ser preenchidas (e espero que sejam).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES PRIMÁRIAS

CARDOSO, Lindabel Delgado. *A Política Educacional no Município de Guarulhos/SP – Gestão 2001 - 2004: da Construção da Rede Municipal de Educação ao Projeto Político-Pedagógico*. Campinas, SP: [s.n.], 2006. FE - UNICAMP

FAHL, Adriana Fermino. *Projeto Político Pedagógico. Vivendo entre os Limites e as Possibilidades de um Projeto Político Pedagógico Emancipatório*. Campinas, SP: [s.n.], 2006. FE - UNICAMP

MAGALHÃES, Andréa Tavares. *Projeto Político-Pedagógico e Planejamento Estratégico: É Possível?* Campinas, SP: [s.n.], 2006. FE - UNICAMP

MALVAZI, Maria Marcia Sigrist. *A Construção de um Projeto Político Pedagógico: Registro e Análise de uma Experiência*. Campinas, SP: [s.n.], 1995. FE - UNICAMP

OLIVEIRA, Roberta Falcato de. *Projeto Político-Pedagógico na Escola*. Campinas, SP: [s.n.], 2006. FE – UNICAMP

PEPE, Graziela Eliana. *O Projeto Político Pedagógico em uma Escola da Rede Estadual em Indaiatuba: a Análise de sua Concepção e Viabilidade de Execução no Cotidiano Escolar*. Campinas, SP: [s.n.], 2006. FE - UNICAMP

PEREIRA, Ascísio dos Reis. *O Projeto Político-Pedagógico de J. Locke para a Modernidade: Atualizações Necessárias e Releituras Possíveis*. Campinas, SP: [s.n.], 2006. FE - UNICAMP

PINHEIRO, Livia Martins Gimenes. *A Formação do Cirurgião-Dentista nas Universidades Públicas Paulistas: Diretrizes Curriculares, Projetos Político-Pedagógicos e Necessidades Sociais*. Campinas, SP: [s.n.], 2008. FE - UNICAMP

PORTO, Rita de Cassia Cavalcanti. *Impasses, Resistência e Singularidades na Construção de Projetos Político-Pedagógicos: as Formas de Enfrentamento na Implementação das Políticas de Formação dos Profissionais da Educação na UFPB*. Campinas, SP: [s.n.], 2007. FE - UNICAMP

SANTOS, Ramofly Bicalho dos. *O Projeto Político-Pedagógico do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra: Trajetórias de Educadores e Lideranças*. Campinas, SP: [s.n.], 2007. FE - UNICAMP

SANTOS, Sandra Regina dos. *Gestão Colegiada e Projeto Político Pedagógico: Colégio Universitário São Luís (MA) – 1989-1997*. Campinas, SP: [s.n.], 2004. FE - UNICAMP

FONTES SECUNDÁRIAS

AGUILAR, Luis Enrique. *Estado Desertor: Brasil – Argentina nos anos 1982- 1992*. Campinas/SP: FE/UNICAMP; R. Vieira, 2000

_____ *A gestão da educação – seu significado a partir de propostas pedagógicas institucionais* Curso de especialização em Gestão Educacional da Unicamp, 2006

BREJO, Janayna Alves. *Estado do conhecimento sobre a formação de profissionais da educação infantil no Brasil (1996-2005)*. Campinas, SP: [s.n.], 2007. FE – UNICAMP

- CAVAGNARI, L. B.. *Projeto Político-Pedagógico, Autonomia e Realidade Escolar: Entraves e Contribuições*. Campinas, SP: Papyrus, 1998.
- DALBEM, Adilson. *Avaliação institucional participativa na educação básica: possibilidades, limitações e potencialidades*. Campinas, SP : 2008. FE - UNICAMP
- Dossiê MST Escola – Documentos e estudos 1990-2001*. Caderno de Educação n° 13, Edição Especial. 2ª ed., Setembro de 2005.
- FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas "estado da arte". *Educação & Sociedade*, Ago 2002, vol.23, nº.79, p.257-272.
<http://www.fe.unicamp.br/alle/textos/NSAF-AsPesquisasDenominadasEstadodaArte.pdf>
p. 1 - 15
- FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. *Pesquisa em leitura: Um estudo dos resumos de dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas no Brasil, de 1980 a 1995*. Campinas, SP: 1999. FE – UNICAMP
- FIORENTINI, Dario. *Rumos da pesquisa brasileira em educação matemática: o caso da produção científica em cursos de pós graduação*, Campinas, SP. [s.n.],1994.
- FREITAG e ALLII. *O Estado da arte do livro didático no Brasil*. INEP/REDUC, Brasília, 1987
- GANDIN, Danilo; GANDIN, Luís Armando. *Temas para um projeto político-pedagógico*. Petrópolis, RJ : Vozes, 1999.
- HERGESEL, Salatiel dos Santos. *A participação do sindicato do ensino oficial do Estado de São Paulo (APEOESP) na formação político-pedagógica do professor*. Campinas, SP : [s.n.], 2005. Dissertação de Mestrado – F.E.,UNICAMP

- MESSINA, Graciela. *Estado del arte de la igualdad de género en la educación básica de América Latina (1990-2000). Temas claves para el seguimiento del Foro Mundial de Dakar*. Séptima Reunión del Comité Regional Intergubernamental del Proyecto Principal de Educación en América Latina y el Caribe Año 2001 - ED-01/PROMEDLAC VII/ UNESCO
- NUNES, Cleide Aparecida Ribeiro. *A implementação de paradigmas pedagógicos construtivistas e as novas formas de gestão e organização da escola fundamental: Um Estudo de Caso realizado na EMEF Carlos C. V. Braga em Valinhos-SP*. Campinas, SP : [s.n.]. 2007. FE., UNICAMP
- RIVAS, Ricardo Hevia. *Política de descentralización em la educación básica y média en América Latina. Estado del Arte*. UNESCO/REDUC – Santiago, Chile, 1991.
- ROSSI, Vera Lúcia Sabongi de. *Gestão do projeto político-pedagógico: Entre corações e mentes*. São Paulo : Moderna, 200... (Coleção Cotidiano Escolar).
- SAID, Ana Maria. *O projeto político-pedagógico do Teatro de Arena de São Paulo*. Campinas, SP : [s.n.], 1989. FE., UNICAMP
- SILVA, Margarida Montejano. *A Organização do Trabalho Pedagógico: Limites e Possibilidades do Curso de Pedagogia*. Campinas, SP : [s.n.], 2006. FE., UNICAMP
- SOARES, Magda B. *Alfabetização no Brasil: O estado do conhecimento*. Brasília, REDUC/INEP, 1989.
- WITTMANN, Lauro Carlos; GRACINDO, Regina Vinhaes[coordenadores]. *Estudo da Arte em Política e Gestão da Educação no Brasil: 1991 a 1997*. Brasília: ANPAE, Campinas: Editora Autores Associados; 2001

ANEXO I - CONJUNTO DOS RESUMOS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNICAMP COM PPP NO TÍTULO – 1995-2008

1995 – 01 Dissertação de Mestrado

I - MALAVAZI, Maria Márcia Sigríst. **A construção de um projeto político pedagógico: registro e análise de uma experiência.** Campinas, SP: [s.n.], 1995. Dissertação de Mestrado, Orientação: Prof. Dr. Luiz Carlos de Freitas. FE da UNICAMP

Palavras-chave: Política e educação; Trabalho; Planejamento educacional; Escolas – Planejamento; Professores – Formação; Professores e alunos.

Resumo (261 palavras)

Reconhecida a importância da existência de um Projeto Político Pedagógico nas instituições educacionais, interessou-nos a análise de sua construção pelos próprios trabalhadores de ensino, a observação da sistemática de trabalho adotada por eles para viabilizar o Projeto e sua influência ainda que indireta nos grupos adjacentes a ele como professores novos, alunos, funcionários, pais, grupo de pais voluntários e direção. A escolha desses grupos garante uma abrangência maior, uma vez que na prática cotidiana o alcance desse projeto é mais amplo. Dessa forma a análise possibilitou relacionar as diferentes posições adotadas por tais segmentos quanto à percepção do andamento do Projeto. A coleta dessas opiniões se deu através de entrevistas e questionários feitos por um pesquisador que vivenciou, ele mesmo, todo o processo. Essa análise incluiu os caminhos percorridos pelo grupo de professores para construir coletivamente um Projeto Político Pedagógico, com a finalidade de organizar efetivamente uma prática onde o aluno é o centro e o motivador do processo de conhecimento. A base teórica escolhida para interpretar os dados obtidos está nas idéias de Pistrak (1981). O educador russo chama a atenção, entre outras afirmações, para a importância dos elementos que compõem o trabalho pedagógico e de como esses elementos relacionados constroem um Projeto Político Pedagógico nas instituições educacionais envolvendo: unidade metodológica, trabalho como princípio educativo, trabalho coletivo, auto-organização dos alunos. Este trabalho pretendeu de forma modesta, contribuir com o exemplo de uma prática possível para as escolas que busquem construir seu próprio projeto pedagógico de forma global e participativa, através do trabalho coletivo de todos os elementos que a compõem.

II - SANTOS, Sandra Regina dos. **Gestão colegiada e projeto político pedagógico: Colégio Universitário São Luís (MA) – 1989-1997.** Campinas, SP : [s.n.], 2004. Tese de Doutorado, Orientador: Dr^a Vera Lúcia Sabongi De Rossi. F.E.- UNICAMP

Palavras-chave: gestão colegiada; projeto político-pedagógico; autonomia; participação.

Resumo (189 palavras)

Este estudo tem por objetivo a análise histórica dos limites e possibilidades da gestão colegiada dos educadores, predominantemente progressistas, que assumiram a liderança de construção de um Projeto Político e Pedagógico no Colégio Universitário, Escola de Aplicação da Universidade do Maranhão, no período de 1989 a 1996. Os referenciais teórico-metodológicos foram construídos a partir de uma diversidade de fontes primárias escritas, entrelaçadas às secundárias, de caráter educacional, sociológico, filosófico, com ênfase na história cultural. As categorias históricas utilizadas no diálogo entre o conceito e evidências foram a gestão colegiada, o projeto político-pedagógico, autonomia e participação. Os objetivos principais consistem em analisar o processo de criação, concepção e implementação do Colégio de Aplicação da UFMA; compreender o processo decisório da gestão colegiada como uma contribuição de educadores da escola pública brasileira afinados com a formação cidadã e com os ideais emancipadores; avaliar as contribuições da escola como um processo decisório democrático mais amplo. Uma breve síntese final aponta algumas possibilidades e obstáculos enfrentados antes e pós a atual LDB, que outorgou o projeto político pedagógico fragmentado por escola, acentuou a despolitização e não fez ao seu caráter público e democrático.

III - FAHL, Adriana Fermino. **Projeto político-pedagógico – Vivendo entre os limites e as possibilidades de um projeto político pedagógico emancipatório.** Campinas, SP, [s.n.], 2005. Licenciatura em Pedagogia. Orientador: Prof. Dr. César Aparecido Nunes. F.E.-UNICAMP

Palavras-chave: Gestão da educação escolar; Poder; Colonização; Democratização; Projeto político-pedagógico; Escolas.

Resumo (225 PALAVRAS)

Neste trabalho pretendo discutir o Projeto político pedagógico, entendendo-o como a própria organização do trabalho pedagógico de toda a escola. Ressaltarei a importância dessa organização para viabilizar um Projeto Político Pedagógico Emancipatório. Em seguida farei um histórico sobre a educação brasileira, mostrando a ausência de um projeto político pedagógico democrático e participativo, pretendo também discutir a originalidade institucional de um projeto emancipador, considerando suas contradições e suas possibilidades, a partir dos registros e conquistas educacionais recentes. Por exemplo, o Projeto Político Pedagógico do município de Guarulhos-SP, o qual afirma a perspectiva da educação como direito social fundamental, assumindo o desafio de construir uma prática pedagógica verdadeiramente democrática, socializando o conhecimento acumulado pela humanidade, em suas várias expressões, acolhendo e dialogando com a cultura e os saberes populares. Demonstrarei que para concretizar um Projeto Político Pedagógico Emancipatório, é necessário a escola possuir uma gestão democrática e gestores interessados em estabelecer relações entre teoria e prática, com posturas democráticas e profissionais, capazes de discutir e dialogar as decisões de toda a comunidade escolar, desvincilhando-se de questões pessoais e autoritárias, que almeje beneficiar apenas uma pessoa ou um grupo. Deste modo, será possível construir um Projeto político Pedagógico Emancipatório, trazendo modificações e melhorias para o quadro educacional, e conseqüentemente, gerando pessoas envolvidas e comprometidas com o trabalho escolar, todas implicadas para a melhoria da qualidade da escola pública.

2006 – 01 Tese de Doutorado; 01 Dissertação de Mestrado; 03 TCC

IV - PEREIRA, Ascísio dos Reis. **O projeto político-pedagógico de J. Locke para a modernidade: atualizações necessárias e releituras possíveis.** Campinas, SP: [s.n.], 2006. Tese de Doutorado, Orientador: Profº Drº César Aparecido Nunes. F.E.-UNICAMP

Palavras-chave: Política; Sociedade; Conduta; Educação; Comunidade; Área de concentração : História, Filosofia e Educação.

Resumo (117 palavras)

A tese apresentada discute o pensamento de John Locke, eminente pensador inglês do século XVII, que influência toda a modernidade desde o final do referido século. Está dividido o trabalho em cinco capítulos com a intenção de melhor delinear a forma de pensar do autor. No primeiro capítulo tratamos da idéia de estado de natureza, no segundo capítulo da passagem para a sociedade política, no terceiro discutimos o direito à propriedade, no quarto as possibilidades para uma ciência da moral e no quinto o seu modelo pedagógico para a sociedade moderna, através do texto: alguns pensamentos acerca da educação. Buscamos com este trabalho demonstrar a coerência e a consistência do pensamento de John Locke para a modernidade.

V - CARDOSO, LINDABEL DELGADO. **A Política Educacional no Município de Guarulhos/SP – Gestão 2001 - 2004: da construção da Rede Municipal de Educação ao Projeto Político-Pedagógico.** Campinas, SP : [s.n.], 2006. Tese de Mestrado, Orientação: Bryan, Newton Antônio Paciulli.. F.E.-UNICAMP

Palavras-chave: política educacional; implementação de políticas públicas; projeto político-pedagógico; arte-educação; concepção de ciclos de formação.

Resumo (166 palavras)

Este estudo trata da experiência desenvolvida pela equipe da Secretaria de Educação de Guarulhos, na qual atuei como responsável pelo Departamento Pedagógico, entre 2001 e 2004. O processo de elaboração e implementação desta Política Educacional, partiu da necessidade de constituir uma Rede

Municipal de Educação, no segundo maior município do Estado de São Paulo e incluiu um grande Programa de Construção de Escolas, realizado a partir de estudos sócio-econômicos e geográficos no Município de Guarulhos. A construção do Projeto Político-Pedagógico da Rede e das Escolas foi baseado na concepção de ciclos de formação/tempos da vida, fruto de um processo coletivo e participativo. Os Projetos de Arte-Educação, Línguas Estrangeiras e Temáticos na formação de

educadores e educandos da Rede Municipal de Educação de Guarulhos tiveram papel estratégico nesse processo. Este projeto tem proporcionado uma verdadeira revolução nos espaços escolares, desenvolvendo a sensibilidade, o senso estético, a criatividade, a dignidade e a humanização de educandos e educadores. Nesse período, o número de alunos cresceu de 24.000 para 75.000.

VI - MAGALHÃES, Andréa Tavares. **Projeto Político-Pedagógico e Planejamento Estratégico: É Possível?** Campinas, SP : [s.n]. 2006. – Bacharel em Educação, Orientador: Prof. Dr. Luis Enrique Aguilar. F.E.-UNICAMP .

Palavras-chave: Projeto político-pedagógico; Planejamento Estratégico; Planejamento educacional

Resumo (150 palavras)

Esta pesquisa teve por objetivo principal propor e discutir teoricamente o planejamento estratégico como ferramenta para o processo de planejamento do projeto político-pedagógico. A pesquisa foi desenvolvida na Escola Municipal de Educação Infantil “Maria Célia Pereira” (EMEI “Maria Célia Pereira”), localizada no campus da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Analisou-se o projeto político-pedagógico da instituição e realizou-se entrevistas com a diretora, a coordenadora pedagógica e três professoras da EMEI a fim de se conhecer e se compreender suas concepções acerca do projeto político-pedagógico e do planejamento estratégico geral e do planejamento estratégico em desenvolvimento na Unicamp (Planes). Os dados obtidos evidenciaram o pouco conhecimento das professoras sobre as literaturas relacionadas ao projeto político-pedagógico e a metodologias de planejamento e indicaram que a implantação do processo de planejamento, em nível estratégico, na elaboração do projeto político-pedagógico poderia minimizar os problemas relatados pelas educadoras e outros que foram identificados durante a pesquisa.

VII - OLIVEIRA, Roberta Falcato de. **Projeto político-pedagógico na escola.** Campinas, SP : [s.n.], 2006. Bacharel em Pedagogia. Orientador: Newton Antonio Paciulli Bryan. F.E. / UNICAMP

Palavras-chave: Projeto político pedagógico; Projetos – elaboração.

Resumo (199 palavras)

A temática da construção do projeto político-pedagógico (PPP) da escola se faz importante nos dias atuais. Sabemos que é neste local que se deve dar a concepção, realização e avaliação de um projeto que tenha em vista a formação de cidadãos críticos e capazes de transformar a realidade. Assim, ao se pensar em PPP de uma escola, temos que nos conscientizar da grande responsabilidade

da instituição. Através deste trabalho, busco explicitar as concepções de projeto político-pedagógico do ponto de vista 'estratégico-empresarial' e do ponto de vista emancipador. Além disso, disserto sobre o processo ação-reflexão-ação para a construção de um projeto que vise a emancipação. Ressalto ainda que os princípios que devem nortear um projeto comprometido com a formação de cidadãos conscientes e críticos, além de mostrar como se deve dar a construção do mesmo citando suas finalidades e estrutura organizacional, currículo, tempo escolar, processo de decisão, relações de trabalho. Como últimos aspectos estudados em relação ao tema desta pesquisa, procuro identificar a implementação e a avaliação de um projeto político-pedagógico. Finalmente, faço uma análise crítica do projeto político-pedagógico de uma escola particular de Campinas, apontando, ainda, alternativas viáveis à construção de um projeto que vise a emancipação dos educandos.

VIII - PEPE, Graziela Eliane. **O Projeto político-pedagógico em uma escola Pública da Rede Estadual em Indaiatuba: A análise de sua concepção e viabilidade de execução no cotidiano escolar.** Campinas, SP : [s.n.], 2006. Bacharel em Pedagogia. Orientador: Maria Marcia Sigist Malavazi. F.E. / UNICAMP

Palavras-chave: Práticas educativas; Avaliação; Gestão da educação escolar; Educação e política; ação educativa; pratica docente; Políticas públicas

Resumo (367 palavras)

Partindo de uma retrospectiva das principais diretrizes da teoria educacional brasileira, desde o otimismo pedagógico até o Estado-Gestor, buscou-se encontrar a realidade da escola pública brasileira. Com a eleição da escola como a instituição capaz de reverter ou minimizar a desigualdade socio-econômica da atual sociedade, ela foi provida de leis e decretos que possibilitam a construção de sua autonomia e gestão democrática, dentro dos parâmetros nacionais avaliativos. O Projeto Político-Pedagógico, como um destes documentos que visam à autonomia e gestão democrática, é a própria ação escolar com intencionalidade, fundamentada por princípios filosóficos, epistemológicos e pedagógicos. Com o objetivo central de avaliar o quanto este documento está presente nas relações pedagógicas do cotidiano escolar, nas práticas e afazeres pedagógicos dos profissionais, pretendeu-se analisar a concepção e execução do projeto político pedagógico, com base em seus objetivos e se estes foram ou não atingidos, em uma escola de Ensino Fundamental II, no município de Indaiatuba. Para tanto, buscou-se observar os momentos coletivos dos profissionais da escola na construção de sua prática educativa (temas das reuniões pedagógicas) e a concepção de educação e ação dos profissionais (questionário e observação de atividades) para analisar o Projeto Político Pedagógico construído na escola. Com a análise do documento, constatou-se que este é pouco utilizado na unidade escolar, pois se encontra desatualizado (dados de 2003). Como o principal objetivo de

priorizar "a construção do conhecimento através da interação das situações problematizadoras, a fim de tomar o indivíduo crítico, autônomo, participativo e capaz de exercer a cidadania" (Plano de Gestão, p. 6), o documento teoriza uma aprendizagem ativa, mas pratica um ensino passivo. São praticamente desconsideradas as ações colegiadas no documento e na escola, pois o documento é construído com pequena autonomia em relação aos sistema de educação vigente (avaliação externa engessando os afazeres internos). O currículo em disciplinas tem pouco espaço para momentos interdisciplinares. A ação dos pais ou responsáveis é nula nas questões pedagógicas, o que e como se ensina e como se avalia. E os professores tornam-se as maiores autoridades deste documento pois decidem o que ensinam, como ensinam e como e quando avaliam, sem ter claro no documento a concepção de o que é será avaliado e como será avaliado.

2007 – 02 Teses de Doutorado

IX - PORTO, Rita de Cassia Cavalcanti. **Impasses, resistência e singularidades na construção de projetos político-pedagógicos: as formas de enfrentamento na implementação das políticas de formação dos profissionais da educação na UFPB.** Campinas, SP : 2007 – Tese de Doutorado, Orientador F.E.-UNICAMP

Palavras-chave: política educacional; formação de professores; projeto político-pedagógico; UFPB; formas de resistência; movimento dos educadores; ANFOPE.

Resumo (224 palavras)

Esta tese tem como objetivo geral compreender as relações que se estabelecem entre a política nacional de formação dos profissionais de educação, o movimento dos educadores, representado pela Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação (ANFOPE), e a construção dos projetos político-pedagógicos (PPPs) dos cursos de licenciatura de instituições públicas, focalizando a Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Analisa, assim, as implicações da política nacional e do movimento dos educadores para as práticas e formas de resistência usadas pelos educadores da UFPB no processo de construção dos PPPs dos seus cursos. Entre as técnicas de pesquisa, utiliza Grupo Focal (GF) na perspectiva de multimétodo - aliando grupos de discussão, entrevistas semi-estruturadas, observação e análise documental que visam reunir informações primárias e secundárias para expressar a complexidade do processo de construção e implementação de política institucional que orientou as práticas de elaboração dos PPPs dos cursos de licenciatura da UFPB, no período compreendido entre os anos de 1993 a 2000. A análise apresenta os principais resultados alcançados, tornando explícitas as singularidades da política institucional de formação de educadores pelo exame do caso da UFPB, como parte de um processo histórico no qual são

geradas as políticas públicas. A temática, política de formação do educador, se insere no conjunto de trabalhos desenvolvidos pelo Laboratório de Observação e Estudos Descritivos (LOED) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

X - SANTOS, Ramofly Bicalho dos. **O projeto político-pedagógico do movimento dos trabalhadores rurais sem terra: Trajetórias de educadores e lideranças.** Campinas, SP : [s.n.], 2007. Tese de Doutorado, Orientadora: Prof Dr^a Vera Lúcia Sabongi De Rossi. F. E.-UNICAMP

Palavras-chave: Projeto político-pedagógico; Movimento dos trabalhadores rurais sem terra; Reconhecimento (filosofia); Identidade; Democracia; História.

Resumo (290 palavras)

Com este trabalho de pesquisa analisamos as relações entre as histórias de vida de lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no envolvimento com lutas sociais pelo reconhecimento – identitário, e a construção do Projeto político-pedagógico emancipador voltado para a participação social. Tomamos como hipótese de trabalho a aproximação entre as questões educacionais defendidas no MST e por Axel Honneth, em suas três esferas de reconhecimento. A primeira esfera é a de ser respeitado enquanto ser humano, o reconhecimento do amor; a segunda é a de ver as histórias de vida de acampados e assentados reconhecidas, fortalecendo a auto-estima dos envolvidos e a terceira é a do reconhecimento jurídico, o direito à posse da terra, a derrota do latifúndio. Essas são as formas de reconhecimentos, que parecem contribuir para a implementação dos valores e princípios defendidos pelo Movimento, em sua luta por um PPP (Projeto político-pedagógico) emancipador. Buscamos a explicação dos processos sociais, levando em consideração a participação dos sujeitos enquanto seres históricos e culturais, numa perspectiva, predominantemente, histórica cultural e sociológica da investigação. Na elaboração da pesquisa construímos dois objetivos: o primeiro é compreender algumas considerações filosóficas, no processo de construção de uma práxis pedagógica libertadora e de transformação social, que possibilitam entender a concepção e implementação do PPP do MST; o segundo é investigar as histórias de vida das lideranças; suas memórias, heranças familiares; vida cultural; seus conflitos e suas lutas pelo reconhecimento e identidade, buscando novas relações acerca da coesão social, através da mística, das relações democráticas e do trabalho coletivo. Na conclusão, salientamos os limites e as possibilidades do Projeto político-pedagógico defendido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, enaltecendo a mística, a identidade Sem Terra, a democracia e os conflitos de idéias e valores.

XI - PINHEIRO, Livia Martins Gimenes. **A formação do cirurgião-dentista nas universidades públicas paulistas: Diretrizes curriculares, projetos político-pedagógicos e necessidades sociais.** Campinas, SP- 2008. Dissertação de Mestrado, Orientador: René José Trentin Silveira. F.E.-UNICAMP

Palavras-chave: Odontologia; Estudo e ensino; Ensino – legislação; Odontologia – história; Projeto político pedagógico; Materialismo dialético.

Resumo (354 palavras)

Este trabalho foi desenvolvido no interior do Grupo de Pesquisas em Filosofia da Educação, o PAIDÉIA, da Faculdade de Educação da Unicamp, integrando a Linha de Pesquisa “Ética, Política e Educação”. A pesquisa tem por objetivo identificar as matrizes filosóficas, os fundamentos teóricos e os pressupostos políticos e ideológicos presentes na atual concepção de formação profissional do cirurgião-dentista nas Universidades Públicas de São Paulo, relacionando-os e problematizando-os em relação ao contexto histórico atual e às reais necessidades de saúde bucal da população brasileira. Para tanto, utilizaremos como objeto de pesquisa os seguintes cursos de Odontologia oferecidos pelas três Universidades Estaduais Paulistas: USP (FOUSP- Faculdade de Odontologia da USP), UNESP (FOA- Faculdade de Odontologia de Araçatuba) e UNICAMP (FOP- Faculdade de Odontologia de Piracicaba). Utilizando como método o materialismo histórico-dialético, faremos a análise documental das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Odontologia, e dos Projetos Político-Pedagógicos referentes a cada um dos cursos. O referencial teórico da pesquisa será fundamentado em obras de Marx e Engels e do universo filosófico marxista. A hipótese a ser confirmada e demonstrada pela pesquisa, é a de que a atual formação odontológica está fundamentada em uma concepção pedagógica tecnicista, pragmática e utilitarista; voltada mais à adaptação do indivíduo às constantes modificações do mercado de trabalho, característica do atual modelo econômico, do que às reais necessidades de saúde bucal da população brasileira. Segundo a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) realizada em 2003 pelo IBGE, 15,9% dos brasileiros nunca foram ao dentista. A estimativa atual é de que apenas 30% da população brasileira tem acesso regular, anual, a serviços odontológicos públicos e privados. A Saúde Bucal é, portanto, um termômetro das desigualdades sociais do nosso país. Ao fazer a análise crítica da formação em Odontologia, nosso principal objetivo é ampliar o debate em torno das contradições presentes entre a formação do cirurgião dentista e os alarmantes dados de saúde bucal que o país apresenta, apresentando perspectivas de superação destas contradições através da proposição de mudanças nos processos de formação. Pretendemos, dessa forma, contribuir para a formação de cirurgiões-dentistas críticos e vinculados aos ideais emancipatórios da realidade atual.

